

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

MELISSA COSTA MARQUES

**CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO LAR FABIANO DE
CRISTO – UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL DE ARNALDO SÃO THIAGO –
FLORIANÓPOLIS/SC**

**FLORIANÓPOLIS
2008/1**

MELISSA COSTA MARQUES

**CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO LAR FABIANO DE
CRISTO – UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL DE ARNALDO SÃO THIAGO –
FLORIANÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa MSc Quéli Flach Anschau

**FLORIANÓPOLIS
2008/1**

MELISSA COSTA MARQUES

**CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO LAR FABIANO DE
CRISTO – UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL DE ARNALDO SÃO THIAGO –
FLORIANÓPOLIS/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social em 30 de julho de 2008.

Ana Maria Cartaxo
- Coordenadora do Curso de Graduação em Serviço Social -

BANCA EXAMINADORA:

Profª Ms. Quéli Flach Anschau/ UFSC
Orientadora

Profª Drª. Maria Teresa dos Santos/UFSC
- 1ª Examinadora -

Profª Ms. Cleide Gessele/ UFSC
- 2ª Examinadora -

A verdadeira riqueza de uma nação é o seu povo. E o objetivo do desenvolvimento é criar um ambiente que permite às pessoas desfrutar de uma vida longa, saudável e digna. Esta simples mas poderosa verdade é, muitas vezes, esquecida quando se persegue a riqueza material e financeira (Autor Desconhecido)

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria Doroti Costa Marques e Antônio Marques por todo apoio que sempre me deram, pela força para superar os obstáculos, por me compreenderem nas horas difíceis e pela educação privilegiada que pude ter.

AGRADECIMENTOS

- ✚ Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me dado força nas horas em que precisei, que não foram poucas, e nos momentos de angústia enquanto fazia meu TCC.
- ✚ Aos meus pais, por sempre terem me aconselhado e por serem esses pais tão maravilhosos e especiais. Obrigada pelas palavras que sempre me impulsionaram.
- ✚ Ao meu irmão Breno por me entender e me ajudar nas horas em que precisei.
- ✚ À Tia Júlia e sua filha Cirlene pelo enorme apoio e carinho demonstrados por mim e pela minha família.
- ✚ Aos meus familiares que sempre me apoiaram e me ajudaram de alguma maneira na vida.
- ✚ Agradeço ao meu namorado Kurt pelo apoio, carinho, amor, incentivo de sempre, por me aguentar nos momentos em que estive angustiada e pela enorme paciência e dedicação.
- ✚ Às minhas queridas amigas de curso Thaiz, Fabiana e Jose que foram fundamentais para essa conclusão de curso.
- ✚ Ao meu querido amigo Léo e sua mãe, que também foram fundamentais nesse período.
- ✚ Às amigas Sida, Rafaela e Julianna pela amizade e paciência.
- ✚ À todas as amigas que conheci ao longo do curso, em especial a Bárbara, Morena, Pâmela, Mayna, Gisele, Rô, Fayga, Rúbia e Flávia.
- ✚ Á minha orientadora Prof. Queli pelas orientações que me ajudaram a construir esse trabalho. Obrigada pela compreensão, confiança e paciência.
- ✚ Às colegas de estágio Adriana e Joana, que ao longo do processo me deram força para continuar.
- ✚ Ao Lar Fabiano de Cristo – Unidade Promocional Arnaldo São Thiago, por ter concedido a vaga de estágio curricular obrigatório.
- ✚ À Assitente Social Ana Paula e a Educadora Social Samira pela compreensão, disposição e auxílio na realização do estágio.
- ✚ À todas as mães inscritas no programa da instituição, pela paciência e colaboração nas entrevistas realizadas.

- ✚ À todos os professores da graduação que me ensinaram e contribuíram para minha educação.
- ✚ À todos os amigos de São Paulo pela grande amizade e carinho de sempre;
- ✚ À Rosana Gaio que me deu força e apoio durante o processo.
- ✚ Enfim, a todos os amigos que de alguma forma contribuíram para o meu crescimento pessoal.

MARQUES, Melissa Costa. **Caracterização das famílias atendidas no Lar Fabiano de Cristo – Unidade de Promoção Integral de Arnaldo São Thiago Florianópolis/SC.** 2008. 82f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo realizar uma pesquisa acerca do perfil das famílias inscritas na instituição Lar Fabiano de Cristo – Unidade Promocional Arnaldo São Thiago no município de Florianópolis e, a partir desse conhecimento ampliar as reflexões e possibilitar uma contribuição para a instituição, os profissionais e os estagiários que dela fazem parte. A metodologia utilizada foi a pesquisa descritiva e exploratória, além de utilizarmos também o método quantitativo e qualitativo por meio de levantamento bibliográfico e entrevistas com as famílias atendidas no LFC tendo por objetivo descobrir quais as necessidades sociais da população atendida. Para embasar essa reflexão, fez-se necessário realizar um resgate histórico do surgimento da família, desde os primórdios até a contemporaneidade, visando identificar as várias transformações ocorridas ao longo dos anos e as diversas formas de arranjos familiares. Será abordado também um breve resgate histórico sobre a cidade de Florianópolis e em seguida apresentaremos a sede da instituição LFC e sua filial UPI – Arnaldo São Thiago. Esta instituição sem fins lucrativos caracteriza-se como uma Entidade Beneficente de Assistência Social através do Conselho Nacional de Assistência Social, tendo como objetivo a prestação de serviços visando à inclusão social de famílias moradoras do complexo Monte Cristo que estejam em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, tendo como seus principais programas: Programa de Apoio Sócio-familiar e Programa de Apoio Sócio-econômico.

Palavras-chave: Família. Inclusão social. Programa de apoio sócio-familiar.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Procedência das famílias.....	40
Gráfico 02: Estado civil.....	41
Gráfico 03: Chefes de Família	42
Gráfico 04: Renda familiar	43
Gráfico 05: Habitação	44
Gráfico 06: Auxílio concedido pelo LFC.....	45
Gráfico 07: Escolaridade.....	46
Gráfico 08: Número de filhos	47
Gráfico 09: Procura pelo atendimento na instituição LFC	47
Gráfico 10: Satisfação das famílias quanto ao trabalho da assistente social no LFC.	49

LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPEMA	Caixa de Pecúlio Mauá
CAPEMI	Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente
CDI	Comitê para Democratização da Informática
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
DCCE	Desenvolvimento Criativo e Complementação Escolar
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ESI	Educação do Ser Integral
FAZER	Sociedade de Promoção Sócio-econômica Fabiano de Cristo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
HSBC	HongKong and Shanghai Banking Corporation
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LFC	Lar Fabiano de Cristo
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MTE	Ministério de Trabalho e Emprego
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PNDA	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PQV	Plano de Qualidade de Vida
SESC	Serviço Social do Comércio
SINTEEG	Setor de Integração Escola/Emprego/Governo
SST	Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPI	Unidade de Promoção Integral

SÚMARIO

INTRODUÇÃO	12
1 A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA AO LONGO DOS ANOS	14
1.1 A FAMÍLIA NO CONTEXTO HISTÓRICO	14
1.2 A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE.....	20
2 PROCESSO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO LAR FABIANO DE CRISTO E A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL DE ARNALDO SÃO THIAGO	23
2.1 LAR FABIANO DE CRISTO	23
2.2 UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL DE ARNALDO SÃO THIAGO.....	31
3 MÉTODOS E CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO LAR FABIANO DE CRISTO – UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL DE ARNALDO SÃO THIAGO	38
3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS	55
ANEXO A – ESTATUTO DO LAR FABIANO DE CRISTO	56
ANEXO B – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS 152 INSTITUIÇÕES PARCEIRAS .	72
ANEXO C – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS 57 UNIDADES DE PROMOÇÃO INTEGRAL (UPIS) PRÓPRIAS.....	75
ANEXO D – PLANO DE QUALIDADE DE VIDA.....	76

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é resultado da experiência de estágio curricular obrigatório, realizado no período de abril a novembro do ano de 2007, no Lar Fabiano de Cristo (LFC) – Unidade de Promoção Integral (UPI) de Arnaldo São Thiago, localizado no município de Florianópolis.

De acordo com o estatuto da instituição (LAR FABIANO DE CRISTO, 1985, p. 01) o LFC é uma “associação civil espírita, sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, prestadora de serviços de assistência social, no âmbito nacional” com estatuto registrado em cartório do Rio de Janeiro. (ANEXO A).

Seu objetivo é promover integralmente famílias em situação de exclusão social, através do enfrentamento das causas que produzem situações de miséria material, social, moral e espiritual, contribuindo para o seu equilíbrio (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006).

Os recursos da instituição são oriundos de auxílios e subvenções recebidas de outras organizações. Sua principal mantenedora é a Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios Beneficente (CAPEMI), fundada em 1960 com o objetivo de gerar recursos de sustentação para a instituição, para a Casa do Velho Assistencial e Divulgadora (CAVADI) e para mais cento e cinquenta e duas instituições conveniadas (ANEXO B), além de outros parceiros distribuídos pelo Brasil. (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006).

Esta instituição não depende juridicamente e/ou administrativamente do Estado, apenas mantém convênio com órgãos públicos e segue a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) do governo federal.

Hoje existem cinquenta e sete Unidades de Promoção Integral (UPIs), distribuídos por dezoito estados da federação (ANEXO C), preferencialmente localizadas em bolsões de miséria e comunidades carentes.

A UPI de Arnaldo São Thiago foi fundada em 20 de fevereiro de 1974 e conta com dois programas sociais: o Programa de Orientação Sócio-Familiar (subprogramas: Educação e Acompanhamento Social; Apoio as Necessidades Básicas; e Cidadania) e o Programa de Apoio Sócio-Educativo (subprogramas: Desenvolvimento Lúdico Infantil; Desenvolvimento Criativo e Complementação Escolar; e Profissionalização).

A partir da experiência vivida no estágio curricular obrigatório constatou-se a necessidade de um trabalho que pudesse caracterizar as famílias atendidas através do levantamento do perfil das mesmas.

Dessa maneira buscou-se neste trabalho dar conta desse levantamento, bem como alguns apontamentos acerca dos serviços da instituição. Para tanto, o trabalho está organizando em três seções.

Na primeira seção, apresentamos os conceitos de família, sua transformação ao longo do tempo e as dificuldades enfrentadas até a contemporaneidade. Nesta nova fase, são enfatizadas as condições reprodutivas, suas alterações e a possibilidade de novos arranjos familiares. Para o apoio teórico contamos com autores como Canevacci (1985); Áries (1981), Prado (1985), Poster (1978), Míoto (1997), Szymanski (2002), entre outros.

Na segunda seção, são descritos os objetivos, programas, projetos e as atividades desenvolvidas pela sede da instituição Lar Fabiano de Cristo. É realizada também uma breve contextualização da cidade de Florianópolis, para em seguida ser apresentado a filial UPI de Arnaldo São Thiago onde foi realizado o estágio curricular obrigatório. Nesta seção, esta sendo abordado também, o trabalho desenvolvido pela UPI, o trabalho realizado pela assistente social e o processo de estágio curricular.

Por fim, na terceira seção apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados tanto na pesquisa como na análise dos dados e estruturação deste trabalho, cujo objetivo foi o de levantar o perfil das famílias atendidas na instituição, para então apresentar em detalhes os dados obtidos, tais como: faixa etária, procedência familiar, estado civil, chefes de família, renda familiar, habitação, auxílio concedido, escolaridade, número de filhos, motivos que levaram a família a procurar o LFC e a satisfação das famílias quanto ao trabalho da assistente social na instituição.

Em geral, essa pesquisa e por conseqüente este trabalho, se propôs a apresentar às famílias em sua diversidade à instituição, e nisso consiste o tom desse trabalho, que nas considerações finais será sistematizado ao leitor.

1 A TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA AO LONGO DOS ANOS

1.1 A FAMÍLIA NO CONTEXTO HISTÓRICO

No decorrer da história, observamos as mais variadas formas de evolução da família, fruto de sucessivas transformações tanto no seu interior, quanto em sua relação com a sociedade, portanto, de antemão, faz-se necessário ter claro o que se entende por família para, em seguida, apreendermos as novas formatações. Segundo Prado, “O termo *família* origina-se do latim *famulus* que significa: conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor. Entre os chamados dependentes incluem-se a esposa e os filhos” (PRADO, 1985, p.51).

Para Prado (1985), a família não é apenas um fenômeno natural. Ela é uma instituição social que vai se modificando através da história e apresentando até formas e finalidades diversas numa mesma época ou lugar. Portanto,

[...] a família é o lugar onde se forma a estrutura psíquica e onde a experiência se caracteriza, em primeiro lugar, por padrões emocionais. A função de socialização está claramente implícita nesta definição, mas a família não está sendo conceptualizada primordialmente como uma instituição investida na função de socialização. Ela é, em vez disso, a localização social onde a estrutura psíquica é proeminente de um modo sumamente decisivo (POSTER, 1978, p.161).

A família apresenta vários aspectos positivos em relação ao núcleo afetivo de apoio e solidariedade, mas por outro lado apresenta também alguns aspectos negativos, observados na imposição normativa através de leis, usos e costumes, que implicam formas e finalidades rígidas. Portanto, torna-se um elemento gerador de conflitos e ambigüidades (Prado, 1985). Mas, apesar de todos os conflitos existentes, ela é determinante no desenvolvimento da sociabilidade e do bem estar dos seus integrantes.

Como já foi dito anteriormente, a família passou por sucessivos estágios de desenvolvimento, mas sempre tendo como base o agrupamento entre pessoas. Os laços de sangue as aproximavam, mas a consangüinidade não era a base primordial do grupo. As famílias eram imensas e o sexo era praticado em grupo, dessa forma a proibição do incesto¹ ainda não existia.

¹ União sexual entre parentes consangüíneos, afins ou adotivos. (Dicionário Aurélio)

De acordo com Morgan (apud CANEVACCI, 1985), a família monogâmica² é o resultado de uma evolução através de sucessivos estágios de desenvolvimento, encontrando-se diretamente ligada à proibição do incesto. Para Lévi-Strauss (apud CANEVACCI, 1985), essa proibição seria uma medida de proteção voltada para a defesa da espécie contra os resultados nefastos do casamento.

Ainda de acordo com Morgan, podem-se distinguir cinco formas diferentes de família, são elas:

- I. Família consangüínea: É a primeira etapa da família, fundamentada no casamento entre irmãos e irmãs no interior de um grupo, não se conhecendo outros laços de sangue. Os pais e filhos não viviam conjugalmente, indicando a presença de regras para a vida sexual.
- II. Família punaluaana: Etapa onde houve a restrição do casamento entre irmãos por parte de mãe, até a proibição por completo, conseqüentemente a proibição do incesto aumentou.
- III. Família sindiástica ou de casal: Fundava-se no casamento entre casais individuais, mas sem obrigações de coabitação exclusiva. O casamento só prosseguia se houvesse o consentimento de ambas as partes. A mulher ocupava um papel de destaque. Os filhos pertenciam aos gens da mãe, a herança era matriarcal.
- IV. Família patriarcal: Fundava-se no casamento de um só homem com várias mulheres, geralmente era acompanhado pelo isolamento das mulheres.
- V. Família monogâmica: Estava ligado ao casamento de casais individuais, com obrigação de coabitação exclusiva, ou seja, havia a proibição da infidelidade por parte da mulher, mas o homem podia ter mulheres em abundância.

Diante do exposto, percebe-se que, elaborar um conceito geral de família se torna difícil e complexo, já que esta se configura nas mais diversas formas e sob os mais diversos prismas. Jamais uma instituição humana teve uma história mais surpreendente e rica de eventos, nem condensa tantos resultados de uma experiência prolongada e diversificada. (MORGAN apud CANEVACCI, 1985).

Morgan (1970) foi inspiração para outros diversos pensadores, entre eles Engels (1973). O pensador concretizou e acentuou as ligações de parentesco com o desenvolvimento

² Referente a monogâmico. Regra, costume ou prática socialmente regulamentada segundo a qual uma pessoa (homem ou mulher) não pode ter mais de um cônjuge. (Dicionário Aurélio)

das forças produtivas. Nas chamadas sociedades “primitivas” ou em “desenvolvimento”, onde a produção era limitada, os vínculos de parentesco formavam a essência das obrigações de um indivíduo e envolviam as próprias instituições políticas e econômicas. (ENGELS apud CANEVACCI, 1985).

A família monogâmica, para Engels se baseia no poder do homem. Sua finalidade era procriar filhos de paternidade incontestada. Essa paternidade era exigida já que seus filhos, na qualidade de herdeiros, se apossariam da fortuna paterna. Tal afirmação trouxe mudanças profundas, como a desigualdade de gênero e forte relação de poder entre os sexos, pois a mulher era submetida a uma rígida disciplina sexual e o homem continuava com a mesma liberdade sexual que possuía antes do casamento.

A mulher era classificada como uma coisa, destinada aos afazeres do lar e vista como a procriadora de filhos.

As mocinhas aprendiam apenas a fiar, tecer e cozinhar, e, no máximo, a ler e escrever. Sua posição era igual às das prisioneiras, não lhes sendo permitida outra relação a não ser com mulheres. Moravam num cômodo isolado da casa, no andar superior ou na parte posterior, aonde os homens – sobretudo os estranhos – não tinham fácil acesso, e onde elas se recolhiam sempre que chegava um visitante. As mulheres só podiam sair acompanhadas por uma escrava; em casa, eram estritamente vigiadas (ENGELS apud CANEVACCI, 1985, p. 76).

É necessário salientar que a monogamia não se apresenta em todos os lugares e em todos os tempos com a mesma forma clássica e rude. A família grega foi uma das mais severas, enquanto a família romana tinha uma perspectiva mais ampla, a mulher era mais livre e gozava de maior consideração.

Ainda de acordo com Engels (apud CANEVACCI, 1985), a organização cultural da família monogâmica grega e romana traduz a primeira forma fundada não mais em condições naturais, mas sociais, particularmente sobre o triunfo da propriedade individual. Suas finalidades foram a preponderância do homem na família e a procriação de filhos destinados a se tornarem herdeiros da fortuna de seus pais. Não foi de modo algum fruto do amor sexual individual, mas sim algo baseado simplesmente em uma convicção. A monogamia aparece sob a forma de sujeição de um sexo ao outro, da proclamação de um conflito entre os sexos, até aquele momento desconhecido na história.

A respeito da família matriarcal, podemos dizer que é uma das mais antigas e é aquela que identifica o indivíduo através de sua origem materna. Era liderada pela mulher que cuidava dos filhos e dos afazeres domésticos. Para Prado (1985, p.55) “havia o culto ao poder reprodutivo feminino, por parte dos homens e das mulheres, que aí viam um sinal de fertilidade da natureza, o leite de sua subsistência”. Já na família patriarcal da idade média, a

diferença é o poder do masculino sobre o feminino, o domínio sexual e moralismo.

Na família aristocrática³ europeia do antigo regime monárquico, é possível salientar que a privacidade, a domesticidade, os cuidados maternos, o amor romântico e as relações íntimas com as crianças tinham pouco valor.

O casamento era um ato político da mais alta ordem. O destino da linhagem dependia de casamentos que mantivessem intactas as propriedades da família (POSTER, 1979). Portanto, o casamento pouco tinha a ver com o amor. Os aristocratas tinham relação sexual com a criadagem e as concubinas eram publicamente aceitas.

Havia muitas pessoas morando no mesmo ambiente, numa mistura de parentes, dependentes, criados e clientes. Esse ambiente proporcionava condições de higiene precárias, já que os padrões sanitários eram baixos, o que favorecia o crescimento da mortalidade infantil e o aumento da natalidade.

As crianças eram responsabilidades dos criados desde seu nascimento, já que os pais se dedicavam a guerra e as mães à vida social, raramente se preocupavam com os filhos, principalmente nos primeiros anos. Os bebês eram amamentados pelas amas-de-leite e a educação era baseada na obediência e castigos físicos.

No que concerne à família camponesa europeia da idade média, podemos dizer que ela não era uma família extensa, era caracterizada como uma pequena família conjugal. Os camponeses viviam em aldeias, em estreita proximidade com parentes e aldeões e tudo era realizado em comunidade. “A aldeia era a “família do camponês” (POSTER, 1979, p. 203). O trabalho das mulheres era extremamente importante para a sobrevivência da comunidade e da família, elas trabalhavam arduamente e por muitas horas.

Casavam-se muito tarde e tinham poucos filhos vivos, embora houvesse muitos nascimentos apenas metade sobrevivia até a idade adulta. As crianças não eram consideradas o centro da vida e, segundo Poster (1979, p. 205), “eram abandonadas o dia inteiro, ainda de tenra idade, e tinham de se arranjar como pudessem, quando problemas de sobrevivência exigiam a presença das mulheres nos campos”. A vida emocional da criança tinha que ser condicionada pelos ritmos da aldeia, por suas tradições e costumes.

O modelo de família proletária⁴, aquela onde o trabalhador vende sua força de trabalho à classe capitalista, surgiu com a revolução industrial, no início do século XIX. Essa classe trabalhadora industrial desenvolveu uma estrutura de família sob baixas condições sociais e

³ Referente a aristocracia. Sistema político em que o governo é exercido por pessoas da nobreza, por uns poucos privilegiados. (Dicionário Aurélio).

⁴ Homem de nível de vida relativamente baixo, e cujo sustento depende da remuneração recebida pelo trabalho que exerce em ofício. (Dicionário Aurélio).

econômicas. O período inicial da revolução industrial apresentava um padrão de alta fertilidade e alta mortalidade, a expectativa de vida da época para esse modelo de família era muito pequena.

Para a garantia do sustento da casa, toda a família, inclusive as crianças, eram obrigadas a trabalhar já que o salário dos proletários era ínfimo. As condições de vida eram péssimas, as instalações sanitárias eram precárias e as famílias não tinham hábitos higiênicos saudáveis. Segundo Costa (1999), nessa época a família passou a viver um impasse criado pela urbanização, precisava urgentemente modificar seus hábitos. A higiene ajudou a família a se adaptar à urbanização, criando normas coerentes através da aceitação da medicina como padrão regulador dos comportamentos íntimos.

Os filhos dos proletários saíam de casa em busca de trabalho com 13 ou 14 anos de idade, firmando sua independência em relação aos pais. Eram criados de maneira informal, sem a constante fiscalização da mãe, já que seus pais não tinham tempo para dedicar-lhes atenção devido às exaustivas jornadas de trabalho.

Os trabalhadores também eram propensos a se casarem mais cedo, e as relações entre homens e mulheres na família tendiam a subverter os padrões patriarcais, já que as mulheres ganhavam dinheiro fora de casa e realizavam afazeres domésticos (POSTER, 1979). A dominação masculina, tanto no lar como nas fábricas continuou, mas assumiu novas formas.

Na metade do século XIX, houve uma distinção dos papéis, já que durante essa fase a tendência dos trabalhadores do sexo masculino girava em torno do trabalho e do bar, já a mulher começou a se dedicar mais aos afazeres domésticos e aos filhos.

Segundo Pôster (1979) a classe trabalhadora do século XX reconheceu a legitimidade moral da burguesia e passou a adotar uma estrutura familiar burguesa, imitando seus padrões. Assim, o homem passou a dar mais valor à privacidade e à domesticidade e a mulher passou a ter mais cuidado com a educação e o futuro dos filhos, como também priorizou a convivência familiar e os cuidados com o lar. Para Áries (1981), a família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes. Essa afeição se expressou sobretudo através da importância que se passou a atribuir à educação.

Portanto, o surgimento da família burguesa ocorreu em meados do século XVIII, na Europa. No século XIX era vista como uma estrutura familiar dominante da sociedade baseada no capitalismo⁵ e adotada como norma ou padrão para todas as outras estruturas

⁵ Sistema econômico e social baseado na propriedade privada dos meios de produção, na organização da produção visando o lucro e empregando trabalho assalariado, e no funcionamento do sistema de preços. (Dicionário Aurélio).

familiares. O casamento para esse grupo causou um conflito entre as necessidades dos pais e a escolha individual, já que os interesses sociais e financeiros tendiam a predominar.

No entanto, no fim do século XIX e início do século XX, tornou-se cada vez mais comum a escolha dos próprios jovens, o amor romântico passou a ser a mais pura razão do casamento. Mesmo assim, as relações familiares eram regidas por rigorosas divisões entre homens e mulheres. Enquanto o marido era autoritário, dominante sobre a família e provia o sustento da casa, a mulher, considerada menos capaz, se preocupava com o lar. O maior interesse da mulher era a criação dos filhos e sua educação, eram treinados para serem bem sucedidos no futuro e alcançarem um lugar respeitável na sociedade.

Entre a rigidez nas relações, a família burguesa⁶ trouxe novos padrões de higiene que, ao mesmo tempo que contribuíam para a civilidade da população, apresentavam um moralismo acentuado com relação a estética. Nessa época, houve maior preocupação com a amamentação, com a limpeza da casa e a higiene das crianças, tanto que,

[...] O treinamento de hábitos higiênicos deve ser realizado de maneira que a criança não possa suportar qualquer espécie de imundície em seu corpo ou vestuário, ou em seu ambiente circundante, nem mesmo pelo mais breve espaço de tempo. Deve ser instilado em seu inconsciente que a imundície é uma coisa indigna e que a ausência dela é a condição mais natural e mais desejável. A sensibilidade física da criança deve ser intensificada para que a sujeira nela ou em redondela lhe cause desconforto (SCHOLZ apud POSTER, 1979).

Segundo Donzelot (1986), até a metade do século XVIII a medicina não tinha preocupação com as mulheres e nem com as crianças, as qualificavam-nas como máquina de reprodução e estas exerciam sua própria medicina. Nos séculos subsequentes, verificou-se a instauração do médico de família e a aliança privilegiada entre o profissional e a mãe.

Essa ligação orgânica entre o médico e a família irá repercutir profundamente na vida familiar e induzir sua reorganização em pelo menos três direções: 1 – o fechamento da família contra influências negativas do antigo meio educativo, contra os métodos e os preconceitos dos serviços, contra todos os efeitos das promiscuidades sociais; 2 – a constituição de uma aliança privilegiada com a mãe, portadora de uma promoção da mulher por causa deste reconhecimento de sua utilidade educativa; 3 – a utilização da família pelo médico contra as antigas estruturas de ensino, a disciplina religiosa, o hábito do internato (DONZELOT, 1986, p. 23-24).

É nessa conjuntura que observamos a família ao longo do tempo, onde as relações foram sendo construídas e modificadas, justificando as diferentes fases e sua evolução,

⁶ Referente à burguesia. Classe social que surge na Europa no fim da idade média, com o desenvolvimento econômico e o aparecimento das cidades, e que vai, gradativamente, infiltrando-se na aristocracia, e passa a dominar a vida política, social e econômica.

referendando o desenvolvimento social e a constituição da família contemporânea que conhecemos nas nossas atuações quando no fazer do Serviço Social. Por apresentar uma diversidade de formatos e constituições é que essa família contemporânea merece uma atenção especial em nosso trabalho, sendo o próximo tópico dedicado a ela.

1.2 A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE

Só a partir da apreensão dessas transformações históricas da família é que compreendemos o constante trânsito e redefinição de papéis apresentados por seus membros. É inegável que a família ainda apresenta significativas mudanças, das quais muitas foram e são provocadas pela modernização da sociedade, deflagrada a partir do século XX trazendo por conta disso, um novo padrão demográfico à sociedade.

Pensar família nesse contexto é debater com várias correntes, mas ter claro que “uma família é um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades que organizam a estabilidade e a mudança. É também uma pequena sociedade humana, cujos membros têm contato direto, laços emocionais e uma história compartilhada” (MINUCHIN, 1999, p. 22).

Tendo isso como pano de fundo, é possível afirmar que existem vários tipos de família. De acordo com Kaslow (apud SZYMANSKI, 2002), nos dias atuais podemos considerar a existência de nove tipos de composição familiar, quais sejam:

- 1) família nuclear, incluindo duas gerações, com filhos biológicos;
- 2) famílias extensas, incluindo três ou quatro gerações;
- 3) famílias adotivas temporárias (Foster);
- 4) famílias adotivas, que podem ser bi-raciais ou multiculturais;
- 5) casais;
- 6) famílias monoparentais, chefiadas por mãe ou por pai;
- 7) casais homossexuais com ou sem crianças;
- 8) famílias reconstituídas depois do divórcio;
- 9) várias pessoas vivendo juntas, sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo;

A família nuclear, por ter como base a família burguesa, não está mais sendo vista como o foco de uma estrutura familiar ou como um modelo de organização familiar. Grandes mudanças e transformações estão ocorrendo, levando a sociedade a refletir sobre as relações

interpessoais, obtendo uma visão mais ampla sobre as várias formas de se viver em família.

Neste sentido que Miotto (1997) aponta, quando diz que não é possível mais falar de família, mas sim de famílias já que há uma grande diversidade de arranjos familiares existentes hoje na sociedade brasileira. Neder (2000), corrobora ao afirmar que não existe um modelo padrão de organização familiar, não existe a família regular e que, pensar em famílias de forma plural significa uma construção democrática baseada na tolerância com as diferenças. Dessa forma, “a família pode ser definida como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos” (MIOTTO, 1997, p. 120), cuja tarefa primordial prende-se ao cuidado e à proteção dos seus membros.

Essa afirmação da autora se dá desta forma, por considerar que a inserção das famílias na estrutura social está profundamente marcada pelas especificidades históricas e culturais e condicionada pelas diferenças sociais. Portanto, encontra-se dialeticamente articulada com a estrutura social na qual está inserido. Por isso, as condições reprodutivas das famílias vêm se alterando, principalmente nas últimas décadas.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizadas por Goldani (apud MIOTTO, 1997), as principais características das famílias na atualidade são:

- Número reduzido de filhos (em média 2,5 filhos, em contraposição aos anos 1960, cuja média era de 6,3 filhos). Percebe-se um declínio da taxa de fecundidade das mulheres brasileiras;
- Concentração da vida reprodutiva das mulheres nas idades mais jovens (até 30 anos). Isto explica porque as mulheres passam menos tempo de sua vida em função da reprodução, dedicando-se a outras atividades que envolvam o trabalho, a relação conjugal, etc;
- Aumento da concepção em idade precoce (implicando no aumento da gravidez entre adolescentes);
- Predomínio das famílias nucleares, compostas por pai, mãe e filhos, ainda que se registre uma queda desse tipo de organização familiar;
- Aumento significativo das famílias monoparentais, com a predominância das mulheres como chefes de família;
- Aumento da co-habitação e da união consensual. A consequência deste fato é a co-habitação não ser mais vista como indício de pobreza. E, semelhantemente, houve um aumento da união legal (aumento do número de casamentos civis) em oposição à união religiosa (declínio do número de casamentos religiosos);

- Aumento das pessoas que vivem sozinhas, denominadas unipessoais;
- Aumento das famílias recompostas, resultado do aumento das separações e divórcios nos últimos anos;
- População proporcionalmente mais idosa, devido ao aumento da expectativa de vida.

A partir destes dados, podemos observar as mudanças concretas efetivadas no cotidiano das famílias e por sua vez na sociedade. Essas mudanças têm sido compreendidas através de determinados aspectos, como a transformação dos hábitos e costumes relacionados à nova posição da mulher na sociedade, o desenvolvimento técnico-científico através dos anticoncepcionais e o avanço dos meios de comunicação e o modelo de desenvolvimento brasileiro, pautado no empobrecimento acelerado das famílias na década de 1980 (MIOTO, 1997).

Portanto, as mudanças ocorridas no Brasil e no mundo afetam a dinâmica familiar como um todo e também de forma particular, conforme sua composição, sua história e pertencimento social. Frente a isso, o modo de vida das famílias contemporâneas vem se transformando e novas estratégias são utilizadas a cada dia para lidar com a pobreza. Todo esse movimento no interior das famílias e sua inserção no contexto social podem ser entendidos como uma luta pela sobrevivência, como ressalta Miotto (1997) e que, apesar de necessitar de cuidados, a família se resume a pessoas que se cuidam entre si para garantir a sobrevivência. Esta percepção, segundo Miotto (1997), nos leva a pensar as famílias sempre numa perspectiva de mudança, dentro da qual se descarta a idéia de modelos cristalizados para se refletir as possibilidades em relação ao futuro.

É nesse contexto que a família contemporânea se insere, deparando-se com diversos modelos de organização familiar e reconhecendo que atualmente família-padrão não existe mais, deixando de pensá-la como um modelo pré-existente para reconhecê-la de forma plural. Por isso, fez-se tão necessário para a intervenção do Serviço Social na instituição Lar Fabiano de Cristo conhecer o perfil das famílias que acessam seus serviços. Esse diagnóstico permitirá um reconhecimento da diversidade das famílias e por sua vez, ações mais eficientes, cuja eficácia se concretize diretamente no cotidiano desses sujeitos.

Antes, porém, faz-se necessário apresentar quem e o que faz a instituição Lar Fabiano de Cristo e suas unidades, e é a que se dedica essa próxima seção.

2 PROCESSO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO LAR FABIANO DE CRISTO E A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO NA UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL DE ARNALDO SÃO THIAGO

2.1 LAR FABIANO DE CRISTO

O LFC foi fundado em 1958, a partir da iniciativa de Carlos Torres Pastorino e mais um grupo de pessoas, que se reuniram em torno de uma proposta que pudesse beneficiar a infância “carente” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006).

Sua sede se encontra na cidade do Rio de Janeiro e seu nome é inspirado na figura do franciscano Fabiano de Cristo, falecido em 1747 e que, segundo consta no Relatório Anual da Instituição (2005), “notabilizou-se pela prática do bem, pela humildade e total dedicação aos doentes da época”.

Na obra de Fabiano de Cristo a palavra de ordem é a Promoção Integral da Família, através de todos os meios de que disponha e cabe a todos os que se envolvam nesse ideal, manterem-se unidos para possibilitar todos os recursos materiais e financeiros, educacionais, culturais, de divulgação, e quaisquer outros para alcançar esse desiderato. (ESTATUTO LAR FABIANO DE CRISTO, 1985, p.05).

Seu Estatuto possui registro em cartório desde 08 de setembro de 1959, com prazo indeterminado e encontra-se em estrita consonância com a legislação vigente.

O LFC é uma entidade civil da religião espírita, sem fins lucrativos, caracterizada como Entidade Beneficente de Assistência Social pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e declarada de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006).

É uma organização filantrópica, integrante do terceiro setor, ou seja, são:

[...] privadas, não integrantes, portanto, do aparelho do Estado; sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podem até gerá-los desde que aplicados nas atividades fins; institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; auto-administradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios fundadores (IBGE apud PIMENTA; SARAIVA; CORRÊA, 2006, p. 8).

O terceiro setor divide-se em organizações não-lucrativas e não-governamentais

(Organizações Não Governamentais - ONGs, movimentos sociais, organizações e associações comunitárias); instituições de caridade, religiosas; atividades filantrópicas (fundações empresariais, filantropia empresarial); ações solidárias; ações voluntárias; e atividades pontuais e informais (MONTAÑO, 2007). Assim surgia a instituição, uma ONG, voltada à prestação de serviços visando à inclusão social das famílias.

Logo após seu surgimento, para dar sustentabilidade a essa obra foi criada, em 1960, a mantenedora de recursos CAPEMA (Caixa de Pecúlio Mauá), hoje chamada de CAPEMI (Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios – Beneficente) gerando recursos de sustentação para a instituição.

A estrutura organizacional do LFC é formada por duas equipes. Uma equipe é para executar as ações promocionais (técnico sócio-pedagógica) e outra para dar suporte à operação (administrativo-financeira). Alguns profissionais possuem vínculo empregatício e outros são contratados apenas para ministrar cursos profissionalizantes. Há também os participantes voluntários, como médicos, dentistas, psicólogos, enfermeiros, entre outros.

O trabalho é voltado para o atendimento da população-objetivo, através dos programas sociais e é realizado em rede, a partir de uma unidade central, onde se faz a gestão estratégica e de unidades operacionais ou as chamadas unidades de promoção integral (UPIs). A proposta inicial era de acolher crianças em casas, onde ficariam aos cuidados de pais adotivos que lhes dessem atenção como se fossem filhos de verdade. No entanto, segundo o relatório anual (2006, p. 9), “Só educar não bastava; era preciso que as crianças estivessem em condição física adequada para absorverem o aprendizado. Era preciso saciar a fome, reformular hábitos, formar um novo ser”.

De acordo com a mesma fonte, Jaime Rolemberg de Lima foi o articulador do Lar Fabiano de Cristo, zelou pelos primeiros ideais e cuidou de assegurar os recursos que o viabilizasse.

Segundo o Estatuto (2006, p. 3), o objetivo do LFC é:

- 1) Promover a assistência social pelo enfrentamento da pobreza através das ações integradas de proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- 2) Amparo às crianças e adolescentes carentes;
- 3) Promoção e integração ao mercado de trabalho;
- 4) Possibilitar a convivência familiar e comunitária da criança, do adolescente e do idoso.

Conforme as necessidades sociais aumentavam havia a possibilidade de gerar ações

mais efetivas. A partir disso, foram criadas faixas de assistência a fim de apoiar a infância “carente”.

1ª Faixa - Programa de Colocação Familiar em Lares Substitutos: Caracteriza-se por “ações integradas que permitem a colocação familiar através da guarda permanente ou da adoção da criança ou do adolescente sem pais, ou que assim possam ser considerados em razão do abandono material e afetivo que resulte estado de necessidade permanente” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006, p. 11).

2ª Faixa – Abrigos Provisórios: “Compreende ações sócio-educativas destinadas a crianças e adolescentes, especialmente acolhidos nos abrigos provisórios e quando possível às famílias, com vistas à reintegração familiar, à colocação em família substituta, ou mesmo à capacitação daqueles para a independência econômica e conseqüente autonomia” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006, p. 11).

3ª Faixa - Promoção Integral da Família: É destinado a famílias em extrema vulnerabilidade por meio de programas específicos. É oferecido apoio sócio-educativo através de “atividades formativas e informativas, de capacitação profissional e de conscientização para o resgate da saúde física, moral, social, espiritual e emocional” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006, p. 11).

4ª Faixa – Apoio Emergencial: Atendimento de caráter emergencial para a assistência material e/ou encaminhamentos à rede de serviços públicos para toda a população necessitada e que não está inscrita no programa.

5ª Faixa – Promoção Integral ao Idoso: Para pessoas em terceira idade que necessitam de assistência através de ações sócio-educativas específicas, reuniões para a integração, atendimento médico-odontológico, visitas domiciliares e doações de diversos gêneros.

De acordo com o levantamento realizado no Relatório Anual da Instituição (2005), hoje existem 57 Unidades de Promoção Integral (UPI's) distribuídas por 18 estados da federação (ANEXO C), “praticamente em todo território nacional constituindo-se numa rede nacional de atendimento e promoção de famílias que vivem abaixo da linha da pobreza” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006).

Segundo o relatório anual (2006), seu trabalho, atinge atualmente cerca de cinquenta mil pessoas (crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com necessidades especiais) em cento e cinquenta e duas organizações conveniadas ou parceiras (ANEXO B).

Sendo assim, o LFC tem como missão “promover integralmente famílias em situação de exclusão social, através do enfrentamento das causas que produzem miséria material,

social moral e espiritual, contribuindo para o seu equilíbrio” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006, p. 10).

Logo após a identificação das necessidades e potencialidade das famílias, elabora-se um Plano de Qualidade de Vida – PQV (ANEXO D), sendo um instrumento contendo o registro das ações sociais propostas pela instituição com duração, em média, de cinco anos por família. É importante ressaltar que “o aceite da proposta promocional por parte da família é decisivo para o início do processo, pois oficializa o compromisso e o comprometimento com sua própria trajetória” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006, p. 12).

A partir da identificação dessa demanda, as necessidades individuais e do grupo familiar serão identificadas, priorizadas e desenvolvidas pelos seguintes programas:

- **Programa de Orientação Sócio-Familiar:** Promoção integral do grupo familiar, com o objetivo de reduzir as causas geradoras da exclusão social. “São estabelecidas as ações necessárias ao desenvolvimento familiar e, conseqüentemente, ao desenvolvimento local. Estas ações são definidas em conjunto com cada família no momento de sua inscrição e são avaliadas periodicamente” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006, p. 13).

O programa é composto por três subprogramas, são eles:

- Apoio às necessidades básicas: Seu principal objetivo é proporcionar doações de gêneros alimentícios, recursos financeiros, atendimento médico e odontológico, apoio escolar, vestuário, medicamentos, entre outros para os co-participantes do programa.
- Educação e Acompanhamento Social: são “ações específicas para cada membro da família” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006, p.13). As atividades são realizadas a partir de grupos sociais específicos para cada co-participante⁷ (gestantes, nutrizes, pais, idosos, mães, crianças, adolescentes, entre outros) e “seu objetivo é fornecer equilíbrio social, moral, material e espiritual, como também acompanhar a saúde da população, a formação de hábitos e aquisição de valores universais” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006, p.13).
- Cidadania: Tem como finalidade oferecer às famílias conhecimentos sobre seus direitos e deveres, além de ações de complementação escolar para jovens, adultos e idosos e apoio jurídico.

- **Programa de Apoio Sócio-Educativo:** “destina-se aos co-participantes que requerem uma atenção mais específica e sistemática, seja pela faixa etária em que se

⁷ Conceito utilizado pela instituição para a identificação das famílias atendidas.

encontram, seja pela necessidade do aprendizado” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006, p. 14). As atividades são ministradas para o desenvolvimento linguístico, psicomotor, sócio-afetivo e de aprendizagem. Além de serem oferecidas a formação de hábitos, atitudes e valores, destacando o esporte, as artes, o enriquecimento cultural e a autonomia.

Neste programa também são destacados os subprogramas:

Educação Infantil: participam deste programa crianças de 1 até 5 anos de idade. Sua finalidade é ampliar o desenvolvimento humano e os conhecimentos da criança, para que a mesma desenvolva habilidades e potencialidades favorecendo sua entrada na rede pública de ensino. Além dessas ações, são oferecidas também uma alimentação balanceada e assistência à saúde.

Desenvolvimento Criativo e Complementação Escolar (DCCE): é desenvolvido para crianças que acessam a rede pública de ensino, com idade entre 6 a 13 anos, onde as mesmas possam desenvolver sua capacidade de aprendizagem e compreensão do meio em que vivem. São oferecidas oficinas com atividades recreativas, esportivas, culturais, entre outras, necessárias ao apoio escolar.

Profissionalização: são cursos que ocorrem de três maneiras: capacitação profissional para jovens a partir de 15 anos, iniciação profissional para jovens a partir de 13 anos e geração de renda onde grupos de co-participantes com habilidades profissionais se reúnem em cooperativas ou associações.

Destacamos, ainda, outros programas e projetos desenvolvidos para as famílias atendidas. Vale ressaltar que a instituição LFC possui vários programas, mas não são todas as UPIs que os utilizam. São eles:

Abrigos Provisórios: proporcionam proteção às crianças e adolescentes, cujos direitos foram violados ou ameaçados, por motivo de abandono, de abuso ou de qualquer forma de violência. Os acolhidos participam de atividades sócio-educativas e de inclusão social, juntamente com as famílias, buscando a reintegração familiar. Os abrigados que se aproximam da maioridade, que não se reintegraram à família e não tem perspectiva de colocação em famílias substitutas, são preparados para a autonomia, efetivando sua inserção no mercado de trabalho por meio de cursos profissionalizantes.

Projeto Jaime Rolemberg: jovens vindos dos abrigos provisórios do LFC recebem aprendizagem profissional, sendo preparados para o mercado de trabalho. Após essa capacitação, são encaminhados para estágios em empresas selecionadas e com contrato firmado com a instituição.

Programa Menor Aprendiz: busca dar oportunidades de inserção no mercado de trabalho a jovens inscritos, através de cursos de capacitação. Esse programa é desenvolvido por meio de parcerias firmadas entre o LFC e outras instituições.

A primeira parceria do LFC foi com o Banco do Brasil. Hoje já estão disponibilizadas vagas para Menores Aprendizes no Banco do Brasil, no Banco HSBC, Banco Rural, Belém Importados (PA) e no Colégio Madre Sarife (PA), cumprindo uma média de vinte horas semanais de trabalho.

Educação do Ser Integral – ESI: a instituição oferece educação integral para todos os participantes de qualquer faixa etária. Nesse sentido “trata-se de uma metodologia educacional para a promoção de valores éticos universais”, contribuindo para “a harmonização das diferentes dimensões do homem – física, emocional, mental e espiritual - ao mesmo tempo buscando desenvolver diferentes linguagens para expressão de sua criatividade” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006, p. 17). Este programa é sistematizado através de reuniões semanais e a sua ação educativa é desenvolvida em momentos de convívio na UPI, buscando a interatividade nas atividades e estimulando a imaginação, a reflexão sobre a própria realidade, o diálogo e a troca de saberes, formando uma visão consciente das questões abordadas.

Projeto Arte Brasil: o projeto propicia o trabalho nas oficinas profissionalizantes e sua missão é a promoção sócio-econômica das famílias co-participantes. A iniciativa desse projeto surgiu das próprias UPI's do LFC, viabilizando ações de apoio ao desenvolvimento dos projetos sociais de geração de trabalho e renda para as famílias.

Projeto Pedagógico Jacaré Poió: esse projeto foi implantado em 27 UPI's do LFC e seu objetivo é promover atividades integradoras para crianças, jovens, educadores, famílias e idosos. O projeto Jacaré Poió “propicia um ambiente lúdico de aprendizado e troca de experiências nas UPI's, ampliando o universo de cada co-participante a partir do estímulo à interação e à cooperação” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006. p.19). Através das histórias contadas, estimula-se o resgate do folclore brasileiro, o respeito pela natureza e pela preservação do meio ambiente, além da conscientização da cidadania mediante a formação de hábitos saudáveis.

Projeto Agrícola Seropédica: no ano de 2003, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cedeu um terreno para o LFC em Seropédica – RJ, com o objetivo de desenvolver um projeto agrícola eficiente e auto-sustentável, além de fornecer produção hortigranjeira para atender às necessidades de alimentação das Unidades do Rio de Janeiro.

Foi firmada parceria com a Universidade Federal Rural do Estado do Rio de Janeiro (UFRRJ) para sua sustentabilidade técnica e produtiva que, através do Setor de Integração Escola/Emprego/Governo (SINTEEG) – Decanato de Extensão da Universidade – fornece estagiários, que são os responsáveis pelos diversos subprojetos.

O projeto possui direcionamento econômico e ecológico, é voltado para a auto-suficiência e sustentabilidade e propicia autonomia para sua manutenção.

Projeto Recic-Lar: o projeto tem por finalidade absorver grande número de co-participantes através da coleta seletiva de resíduos recicláveis, como também oferecer imediata remuneração ao catador, proporcionando seu auto-sustento.

“O Lar Fabiano de Cristo, continuamente, busca novas tecnologias, outras fontes de receita e alternativas de trabalho às famílias que ampara” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006, p. 21).

Alguns projetos e estudos estão em desenvolvimento, especialmente aqueles onde o objetivo é transformar o lixo orgânico em adubo, destinando os resíduos sólidos às indústrias consumidoras e produzindo sucatas de melhor qualidade.

Projeto Empreendedorismo - FAZER: a Sociedade de Promoção Sócio-Econômica Fabiano de Cristo, é uma financiadora de pequenos empreendimentos destinados às pessoas de baixa renda e foi criada a partir da busca de soluções, individuais e coletivas.

Para sua execução, elabora-se um Plano de Negócios no sentido de facilitar a aquisição de empréstimo financeiro de cunho social para a aquisição dos insumos necessários ao empreendimento.

O projeto possui parceria com a Caixa Econômica Federal, viabilizando a abertura de contas bancárias para o público participante, sem custo nenhum. Em 2006, o acesso ao micro-crédito atingiu a marca de setecentas e dezessete pessoas de baixa renda. Por meio deste Plano é possível acompanhar o processo, minimizando possíveis perdas e zelando pelo sucesso do empreendimento e do co-participante.

A FAZER contribui para a promoção social dos co-participantes do Lar Fabiano do Cristo, constituindo-se uma das ferramentas utilizadas para estimular a geração de trabalho e renda, buscando desenvolver uma cultura empreendedora (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006, p.22).

Projeto Clube de Arte: o projeto tem como objetivo gerar recursos complementares para o Lar Fabiano de Cristo e instituições conveniadas e a divulgação da Arte Espírita,

através do programa de rádio “Clube de Arte no Ar”, transmitido pela Rádio Rio de Janeiro, apresentando notícias da Obra de Fabiano, poesias, estudos de obras espíritas e etc. Possui ainda, uma loja virtual onde apresenta brindes ofertados pelo clube: kits, livros, revistas, fitas de vídeo, CDs e DVDs. A associação é aberta a todas as pessoas, dando direito ao recebimento de brinde mensal e da Revista Despertar.

Projeto Arte, Educação e Esporte: o propósito do projeto é incentivar o protagonismo juvenil, estimulando talentos artísticos e a prática esportiva.

No ano de 2006, todas as UPI’s participaram de diversas atividades artísticas, desde aprendizagem com instrumentos musicais como: violino, flauta, violão, saxofone, teclado, até atividades relacionadas à dança clássica e moderna, à pintura e eventos esportivos. O objetivo dessas atividades artísticas é amparar obras sociais e divulgar a arte e a cultura para o mundo, através da televisão, rádio, cds, livros e vídeos e agora também em dvds.

É importante destacar que o LFC possui reconhecimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pela sua metodologia de avaliação de projetos e foi escolhido como um órgão consultivo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), para assuntos educacionais. Seu modelo de promoção social foi levado a diversas partes do mundo, através da mesma.

Ao longo de toda sua trajetória, recebeu inúmeros prêmios de reconhecimento, sendo os mais recentes: O prêmio Bem Eficiente, o reconhecimento como órgão consultor da UNESCO e o prêmio “Nós Fazemos a Nossa Parte”.

Através dessa sistematização percebe-se que o LFC é uma entidade centrada na família como um todo, auxiliando pessoas que vivem em condições mínimas por meio de um trabalho sistemático e estruturado no planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades realizadas. Além de ser dado o incentivo para a superação da exclusão social, atingindo patamares de bem estar, autonomia e dignidade.

Para desenvolver todas essas ações, o LFC tem Unidades espalhadas por todo o Brasil, uma delas, UPI Arnaldo São Thiago, esta localizada em Florianópolis, e se constituiu no campo de estagio acadêmico. Neste sentido, no próximo tópico, apresentaremos a UPI de Arnaldo São Thiago e suas ações, mas antes, contextualizaremos a cidade em que ela esta inserida, pois a condição de desenvolvimento desta é determinante e de certa forma explicativa da ação da UPI.

2.2 UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL DE ARNALDO SÃO THIAGO

Florianópolis, município catarinense, localizado ao leste do estado é a capital deste. Tem uma área 436,5 Km e uma população de 360.601 enquanto ilha (PMF, 2007). Agregando os três municípios da sua região metropolitana, grande Florianópolis, como é chamada tem uma população 702.988(PMF, 2007).

A base de sua economia está nas atividades ligadas ao comércio, prestação de serviços públicos, turismo e indústria de transformação, sendo que atualmente a informática e a indústria do vestuário também estão ganhando espaço e se tornando setores de grande desenvolvimento, constituindo-se num chamariz do público com expectativa de trabalho. Desde a década de 1970, Florianópolis vem experimentando um intenso processo de crescimento sem uma base de planejamento. Este crescimento vem ocorrendo de forma desordenada e caótica, já que o poder público possui grande dificuldade em criar políticas habitacionais adequadas. Esse fator, juntamente com a migração da população rural para o espaço urbano em busca de trabalho remunerado e a má distribuição de renda leva a população de baixa renda a habitar áreas de infra-estruturas urbanas precárias e deficientes. Essas comunidades são denominadas áreas de interesses sociais, com uma população estimada em 65.584 pessoas (PMF, 2007).

No início da década de 1990, o município realizou um estudo exploratório destas áreas, resultando no documento “Perfil das áreas carentes de Florianópolis”. Naquela época foi constatada a existência de 46 áreas, entretanto estima-se que atualmente existam 72 áreas carentes.

Essas áreas denominadas de interesse social têm como característica a ocupação desordenada tanto de terrenos públicos quanto de terrenos privados. São áreas que apresentam problemas de urbanização que estão relacionados tanto ao impacto da bacia hidrográfica, já que ocupação desordenada compromete a ocupação de mananciais, quanto ao desmatamento, principalmente em áreas de encostas, provocando erosão e/ou deslizamentos de terras, com risco aos moradores (PMF, 2007).

Dentre essas áreas está o bairro Monte Cristo, localizado na área continental de Florianópolis. Podemos salientar que o mesmo é visto como grande espaço de interesse social por ser constituído de uma área de pobreza, de conflitos relacionados ao consumo e tráfico de drogas e por disputa de territórios, levando as famílias inseridas neste contexto a situações de risco social e pessoal.

Foi a partir da década de 1990 que se originou a periferia do complexo Monte Cristo, formada pelas seguintes comunidades: Chico Mendes, Vila Esperança, Nossa Senhora da Glória, Novo Horizonte, Monte Cristo, Santa Terezinha I e II, Promorar e Panorama. Este complexo é freqüentado por diversos segmentos sociais, que se dispõem a realizar atividades junto à comunidade, buscando a autonomia dos cidadãos e levando informações e serviços que possam garantir a conquista de seus direitos.

É nesse contexto que a UPI – Arnaldo São Thiago desenvolve seus programas e projetos sociais, atendendo integralmente a toda comunidade carente no que diz respeito aos conflitos sociais existente, auxiliando no enfrentamento das dificuldades.

Esta UPI foi fundada no dia 16 de fevereiro do ano de 1974, sendo sua missão “a promoção integral das famílias através das causas que produzem a miséria social, afetiva, ética, moral e espiritual, contribuindo para o equilíbrio das famílias amparadas” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2006).

Em acréscimo, a UPI – Arnaldo São Thiago tem por finalidade “ações de proteção, e garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, bem como idosos e famílias em situação de risco sócio-econômico, prestando atendimento às nove comunidades de ocupação do complexo Monte Cristo e suas adjacências” (LAR FABIANO DE CRISTO, 2007).

Destacamos ainda os objetivos desta instituição, ressaltando que estes também podem ser os objetivos de outras UPIs espalhadas pelo Brasil:

- Atender integralmente as famílias em todas as faixas etárias;
- Acolher e envolver em atividades educativas crianças de 2 a 6 anos;
- Desenvolver atividades sócio-educativas com crianças e pré-adolescentes de 7 a 13 anos;
- Desenvolver atividades de apoio pedagógico e atividades físicas e artísticas, contribuindo para a diminuição da evasão e fracasso escolar;
- Propiciar atividades que contribuam de forma efetiva no crescimento/desenvolvimento físico e psicológico das crianças e adolescentes atendidas por esta entidade;
- Desenvolver atividades que possibilitem a interação, ao mesmo tempo em que as crianças e adolescentes consigam vislumbrar novas perspectivas para suas vidas;
- Promover os adultos das famílias inscritas através de grupos sociais reflexivos e operativos, cursos profissionalizantes, atendimentos especializados, encaminhamentos, palestras, entre outros (LFC, [s.d.]).

Para tanto, é essencial entender que

[...] a unidade de trabalho do Lar Fabiano de Cristo é a Família. Partimos do princípio que a família é um sistema aberto, que está em construção no cotidiano. Assim apostamos num trabalho sócio-educativo onde a família é trabalhada como um todo, não fragmentando em áreas as situações que vivenciam. Considerando o contexto social em que está inserida, sua história, entendemos que as ações, projetos, programas e serviços não alterarão a realidade se as situações vivenciadas forem tratadas de forma individualizada como se fossem um problema independente de toda a sua dinâmica familiar e do contexto sócio-econômico em que vivem. Assim, todos os segmentos atendidos pelos programas da instituição recebem Acompanhamento, Orientação e Apoio sócio-familiar (LAR FABIANO DE CRISTO/DOCUMENTO INTITULADO HISTORICO DA COMUNIDADE.)

Outra questão a considerar é que a UPI segue a finalidade da sua sede LFC. Dessa forma, os principais programas: “Sócio-Educativo” e “Sócio Familiar” são efetivados da mesma maneira, porém os subprogramas: “Programa Menor Aprendiz”, “Projeto Agrícola Seropédica”, “Projeto Jaime Rolemberg”, “Abrigos Provisórios”, “Projeto Empreendedorismo – FAZER”, citados anteriormente, não fazem parte da Unidade Promocional de Florianópolis.

Cabe destacar que a mesma conta também conta com um convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) e com a Secretaria da Educação na qual contrata professores (as), no total de dez profissionais (oito para educação infantil, um para a educação física e um para séries iniciais).

Além disso, ainda mantém convênio com a Secretaria Municipal de Saúde, especificamente a Unidade Básica de Saúde do Monte Cristo, através de encaminhamentos realizados pela assistência social da instituição e palestras realizadas pelos profissionais da saúde nas reuniões de grupos sociais (estes grupos sociais serão explicitados no decorrer do capítulo).

A instituição ainda possui outros parceiros como: A Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), Serviço Social do Comércio (SESC) – através do Projeto Mesa Brasil que fornece alimentos para as famílias da instituição e do Comitê para Democratização da Informática (CDI), realizando cursos de informática a todos os participantes inscritos e para toda comunidade.

O Serviço Social da instituição tem como objetivo desenvolver ações sócio-assistenciais visando à promoção integral das famílias, por um período de três a cinco anos.

O Serviço Social da UPI - Arnaldo São Thiago desenvolve as seguintes atividades: atendimento, entrevista e cadastro das famílias (3ª e 4ª faixa) através do PQV; visita domiciliar, relatórios contendo os registros das visitas, assessoria, encaminhamentos, participação em reuniões técnicas e administrativas da UPI, supervisão/orientação dos

estagiários, coordenação de grupos e reuniões, apoio às necessidades básicas.

Para inclusão das famílias na instituição, a assistente social ou educadora social⁸ realiza primeiramente uma entrevista, com a finalidade de saber se a família atende os requisitos básicos para ingressar na instituição. Na primeira etapa são preenchidos, pelo Plano de Qualidade de Vida (PQV), os dados dos co-participantes, o motivo que os fizeram procurar a instituição, como também são tiradas fotocópias de documentos.

Após a coleta destes dados iniciais, que acontece em espaços não muito apropriados, por que são espaços abertos, são realizadas as visitas domiciliares a todas as famílias para que se observe se as mesmas estão realmente aptas a se cadastrar, ou seja, se estão em situação de vulnerabilidade econômica. Estas visitas são também realizadas a cada três meses a todos os inscritos - em um total de 180 famílias e 50 idosos. Esses contatos se fazem necessários para que os profissionais conheçam melhor a dinâmica e as necessidades das famílias.

É preciso que o profissional de serviço social se aproprie de um olhar investigativo através do embasamento teórico-metodológico e técnico-operativo, para conseguir desvendar situações complicadas e não cair no senso comum. O instrumento técnico operativo utilizado pela assistente social da instituição é a realização de um estudo social de cada família através da observação, coleta de dados, entrevistas e análise de documentos. São realizadas visitas periódicas a fim de conhecer e compreender as mudanças ocorridas na dinâmica interna da família, explorando a realidade da mesma. Percebemos, contudo, que esse fazer profissional não se realiza adequadamente já que muitas vezes a assistente social conversa com os co-participantes na porta de suas casas e em breve espaço de tempo.

Outro exemplo de atividade do serviço social, realizado através do programa sócio-familiar da UPI Arnaldo São Thiago, são as reuniões de grupos sociais. Essas reuniões são coordenadas tanto pela assistente social, como também por outros profissionais da instituição. Elas acontecem quinzenalmente e são essenciais, já que são vistas como condição para o acesso a benefícios e para a matrícula das crianças e adolescentes do setor educacional, ou seja, o responsável da família atendida na instituição deve comparecer a essas reuniões para garantir sua permanência na UPI. Mensalmente, no fim de cada reunião, essas famílias recebem benefícios como cesta de alimentos e alguns benefícios eventuais⁹.

Esses grupos sociais realizados na instituição dividem-se em:

- Adaptação: participam deste grupo as famílias recém cadastradas;

⁸ Cabe ressaltar que a educadora social trabalha juntamente com a assistente social neste setor e exerce praticamente as mesmas atividades. Esse item será explicado na próxima seção.

⁹ Esse trecho é também explicado na próxima seção, em auxílios concedidos.

- Renascer: voltado para famílias desempregadas;
- Renovação: voltado para famílias que trabalham;
- Felicidade: os participantes são idosos cadastrados;
- Afeto: composto por gestantes, nutrizes e famílias com filhos desnutridos;
- Esperança: voltado para famílias com necessidades básicas;
- Juventude Ativa (JUVA): É realizado por grupo de jovens entre 12 e 17 anos, onde participam de vários tipos de atividades como esporte, educação de valores, informática, aprendizado sobre cidadania e meio ambiente, oficina de artes, sendo essas atividades são realizadas nos períodos opostos à escola.

Essas atividades são essenciais para os co-participantes, já que

[...] o grupo abre possibilidade de diminuir o isolamento psicológico e social que em geral imobiliza os indivíduos das camadas empobrecidas. E pode auxiliar essas pessoas na tarefa de encontrar mecanismos de enfrentamento das questões do cotidiano (MOTTA apud GUIMARÃES, 2002, p.65).

Essa abordagem pode ser vista como uma forma de aprender e construir conhecimentos para a melhoria da qualidade de vida dos participantes. Através dos grupos podemos potencializar as relações sociais, transformando-as em um espaço de emoções, auxiliando-as no enfrentamento do dia-a-dia. Podemos caracterizar um grupo quando todos os seus membros se reconhecem, possuem um objetivo comum e estão interligados por esse objetivo.

A assistente social da instituição também é responsável pelos encaminhamentos diários, tais como: viabilização de documentos de que necessitem e orientação com as famílias atendidas para posterior encaminhamento para as várias redes de atendimento. Destacam-se também os atendimentos diários para o repasse de benefícios como: alimentos, dinheiro, gás de cozinha, medicamentos, quando há possibilidade de fornecê-los.

Assim que a família consegue atingir os objetivos propostos pela instituição (que é o seu desenvolvimento e permanência por um período de três a cinco anos) ou quando há um desinteresse da família pelo programa, o assistente social a encaminha para o seu desligamento.

Outro ponto importante a destacar, foi o ingresso da acadêmica e mais duas estagiárias de serviço social na instituição, no período de abril a novembro de 2007. O estágio entra na instituição em 2007, buscando auxiliar tanto o fazer do profissional de Serviço Social, como garantir a formação pedagógica das estagiárias.

As atividades desenvolvidas no estágio consistiram na organização de dados e da parte

administrativa como: documentos e arquivos; acompanhamento de visitas domiciliares com a supervisora; entrevistas com os usuários e idosos que estavam sendo inseridos ou desligados; acompanhamento aos idosos a hospitais (se necessário); telefonemas diversos; participação em reuniões de grupos sociais a cada quinze dias, juntamente com a assistente social ou educadora social; matrículas para os cursos de capacitação e atendimentos eventuais aos usuários. Não obstante, também realizamos atividades, sempre que era pedido pela coordenadora do LFC e pela supervisora de estágio, que não eram atribuições dos estagiários, como: cuidar de crianças, para que as mães pudessem participar de cursos de capacitação; preparar lanches para as reuniões de grupos, separar roupas para doação, pois quase nunca havia profissionais que fizessem esse papel.

De acordo com o processo de atividades desenvolvidas pelas estagiárias durante a disciplina de Estágio Curricular Obrigatório construiu-se o Plano de Estágio, que era composto, entre outros elementos, pela proposta de atividades. Essa proposta foi construída juntamente com mais duas estagiárias e desenvolvida como a seguir elencado.

Primeiramente surgiu a idéia de elaborar um mural com o objetivo de socializar diversas informações de interesse das famílias inscritas na instituição, através dos seguintes assuntos: saúde, política, cidadania, economia, emprego, meio ambiente, lazer, benefícios e serviços sociais. Essas informações foram trocadas a cada duas semanas para sua atualização e para o incentivo à leitura.

Também foram organizados seminários com o intuito de abordar questões diversas de interesse das famílias. Para a efetivação dos mesmos, foi elaborado um cronograma juntamente com a assistente social contendo as datas e as temáticas. Ficou decidido que esses eventos seriam estendidos a todos os grupos sociais da instituição, e que seria possível abrange-los de uma só vez com cada tema. Foram estabelecidos contatos com vários profissionais e isso demandou no seguinte cronograma de atividades:

- 24/09/2007 – Conselho Tutelar e Eca;
- 08/10/2007 – Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs), HIV/AIDS, Tuberculose e Hepatite;
- 22/10/2007 – Dengue;
- 12/11/2007 – Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340);
- 26/11/2007 – Programa Sentinela.

As atividades foram significativas uma vez que permitiram a realização do processo educativo esclarecendo dúvidas e socializando informações. Essas atividades em conjunto possibilitaram uma grande participação do público alvo, já que foi dada a oportunidade do

incentivo a leitura, a construção do conhecimento e a troca de experiências de vida. A grande expectativa das estagiárias era de perceber se as propostas elaboradas fariam diferença na instituição e durante o processo ficaram claros a satisfação e o entusiasmo dos co-participantes fazendo com que o LFC percebesse a importância do incentivo a atividades que proporcionam a troca de saberes.

Portanto o LFC desenvolve ações comprometidas com a autonomia dos seus sujeitos, o Serviço Social na instituição procura mediar a cada dia essas ações e a inclusão do público não contemplado nos serviços oferecidos pelo estado. Surge daí a necessidade de se ter acesso ao perfil das famílias que ali são atendidas. Quem são, qual é a sua dinâmica, o que querem e principalmente, se estão satisfeitos com o serviço recebido?. Apresentam uma satisfação de cidadão que acessa um direito ou de quem recebe um favor?. Essas foram algumas das nossas perguntas de pesquisa que agora, na próxima seção, apresentaremos com as devidas elucidações.

3 MÉTODOS E CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS ATENDIDAS NO LAR FABIANO DE CRISTO – UNIDADE DE PROMOÇÃO INTEGRAL DE ARNALDO SÃO THIAGO

Durante o período de estágio na instituição LFC – UPI de Arnaldo São Thiago, houve vários momentos de aproximação e intervenção. Num primeiro momento, até compreender a dinâmica da Instituição, a prática deveu-se principalmente à observação do fazer da Assistente Social, seguindo-se de acompanhamentos em atendimentos e visitas domiciliares, organização de dados como documentos e arquivos, telefonemas diversos, entrevistas com os usuários, matrículas para cursos de capacitação e participação em reuniões de grupos.

Dessas várias atividades foi possível compreender a dinâmica da instituição, desde seu planejamento à sua intervenção. Observa-se que, apesar do contínuo contato com as famílias, a instituição ainda era frágil no que diz respeito ao reconhecimento do seu perfil. Não havia nada que previsse uma identificação mais apurada desse público, seus afazeres e quereres, principalmente com relação à instituição.

Buscando também medir a eficácia das ações do LFC, que implicam diretamente em mensurar o impacto de suas ações na vida dos sujeitos atendidos, fomos provocadas a empreender essa tarefa, qual seja a de levantar o perfil das famílias atendidas no LFC.

Acentua-se ainda que caracterizá-las fundamentaria e fortaleceria as ações do Serviço Social na Instituição, pois essa proposta, ao mesmo tempo em que explicitará as necessidades da população usuária, trará também à instituição provocações para ampliar ou repensar algumas de suas práticas, incluindo as intervenções do serviço social.

Interessante frisar que até o ano de 2007 nunca houve estagiários(as) de Serviço Social na instituição, conseqüentemente, não houve monografias e a documentação foi uma novidade.

Para alcançar os objetivos propostos, dividiu-se o trabalho em dois momentos. O primeiro, deteve-se na pesquisa documental que buscou levantar bibliografias sobre o tema, materiais contendo dados do LFC, e sistematizar informações relevantes registradas no período do estágio. O segundo momento, foi dedicado exclusivamente a pensar as estratégias para alcançar o perfil das famílias. Respaldados em Gil (1995, p. 43), desenvolveu-se a pesquisa descritiva e exploratória, cujo objetivo principal constituiu em aprimorar as idéias e proporcionar uma visão geral sobre o fato em questão. Para tanto, recorreremos aos documentos

já existentes na instituição que continham dados das famílias, principalmente os contatos. Realizou-se também entrevistas com a Assistente Social e outros técnicos para obter informações relevantes acerca das famílias e a dinâmica dos grupos que estas participavam na Instituição, e por fim, contato com os representantes das famílias, geralmente mães, que se faziam presente nas reuniões de grupos.

Para aproveitamento dos contatos com as famílias no sentido de captar as informações relevantes, foi utilizado questionário com roteiro norteador e algumas perguntas fechadas com a possibilidade de comentários extras que contemplaram assuntos como, nome, idade, escolaridade, procedência, estado civil, renda familiar, entre outros.

O Lar atende em média 180 famílias, por isso trabalhamos com amostragem pois, segundo Gil (2002), as pesquisas sociais abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-las em sua totalidade. Sendo assim, é comum trabalhar com amostras. Nossa amostra consistiu em caracterizar 8,33% das famílias atendidas, ou seja, quinze famílias. A pesquisa exploratória possibilitou uma aproximação com o público alvo, a aplicação do questionário ficou facilitada e ocorreu em horários pré-agendados com abordagem individual.

De posse dos dados, empreendeu-se então a sistematização e análise. Importante ressaltar que em um primeiro momento, os dados foram apresentados de forma apenas quantitativa, uma vez que o objetivo foi o de levantar o perfil das famílias. No entanto, considerando a relevância do trabalho, tanto para a instituição como para a formação acadêmica, julgamos importante tecer algumas considerações sobre a realidade apreendida, pautados é claro no que foi discutido sobre as alterações de família dentre outros elementos que apareceram na pesquisa.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Os trabalhos realizados na instituição Lar Fabiano de Cristo – UPI Arnaldo São Thiago, conforme já citado na seção anterior, ocorrem através do atendimento integral às famílias em todas as faixas etárias. Este acolhimento às famílias acontece de diversas formas e é realizado por todos os funcionários da instituição.

Em relação aos dados coletados foram classificadas em quatro patamares: crianças (zero a doze anos); adolescentes (treze a dezessete anos); adultos (dezoito a cinquenta e

nove); idosos (acima de sessenta).

Para crianças e adolescentes o LFC promove atividades sócio-educativas através do aprendizado, favorecendo seu ingresso na rede pública de ensino, desenvolvimento de atividades de apoio pedagógico, atividades físicas e artísticas, atividades que contribuam no crescimento e desenvolvimento físico e psicológico, desenvolvimento de atividades que possibilitem a interação das crianças e adolescentes. Todas as crianças e adolescentes são atendidas pelo programa sócio-educativo.

Aos adultos e idosos inscritos é realizada, através do programa sócio-assistencial, a promoção e a integração destes através de grupos sociais reflexivos e operativos onde desenvolvem a convivência, trocam informações e experiências, aonde participam de cursos profissionalizantes, de atendimentos especializados, de encaminhamentos de palestras, além de participarem também de grupos de apoio educacional como a alfabetização e aumento de escolaridade. Dentro deste contexto, trabalha-se a cidadania e a igualdade de oportunidades para promoverem suas necessidades. Além disso, os idosos ainda podem participar de bingos, festas e passeios promovidos pelo LFC.

a) Procedência

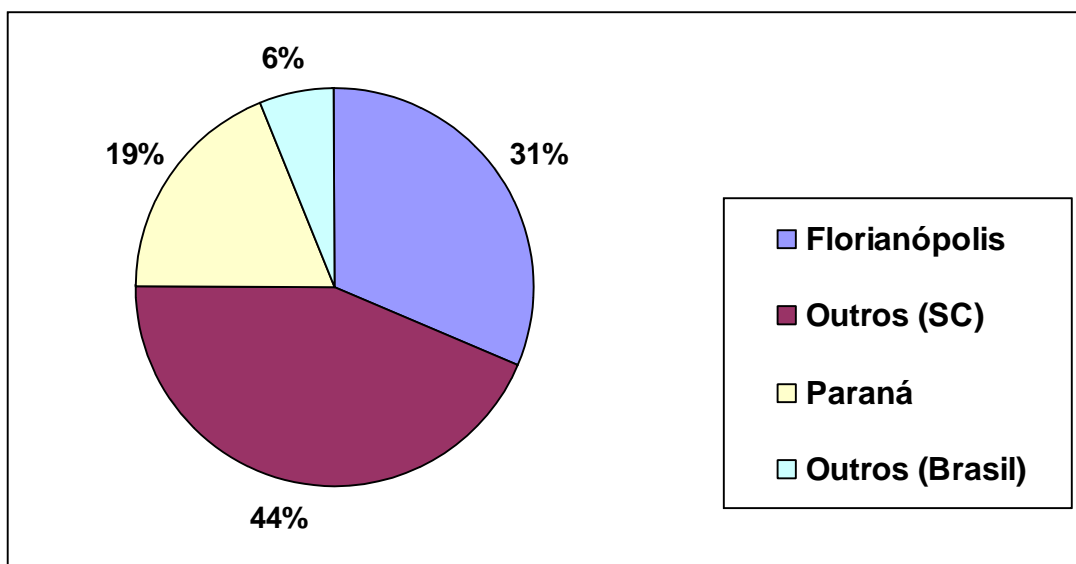


Gráfico 1: Procedência das famílias

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, na instituição LFC no período de março de 2008.

Constatou-se que a grande maioria dessas famílias é do próprio estado de Santa Catarina, mais especificamente do Oeste. Verificou-se ainda, que as mesmas decidem sair de suas cidades de origem em busca de mais oportunidades, principalmente de trabalho.

Essas informações trazem a instituição referências de regionalidades a serem trabalhadas em seus programas, buscando descaracterizar o discurso dominante que acentua a migração como invasiva e que culpabiliza os sujeitos pelo processo.

Segundo Miotto (1997), “as famílias brasileiras, especialmente as de camadas populares, estão sendo severamente pressionadas pela política econômica do governo.” Uma vez que essas políticas não asseguram “condições mínimas (renda, emprego, segurança, serviços públicos de qualidade) de sustentação”, vêm “desencadeando situações de (migrações, desemprego, ausência de serviços públicos)”.

b) Estado civil

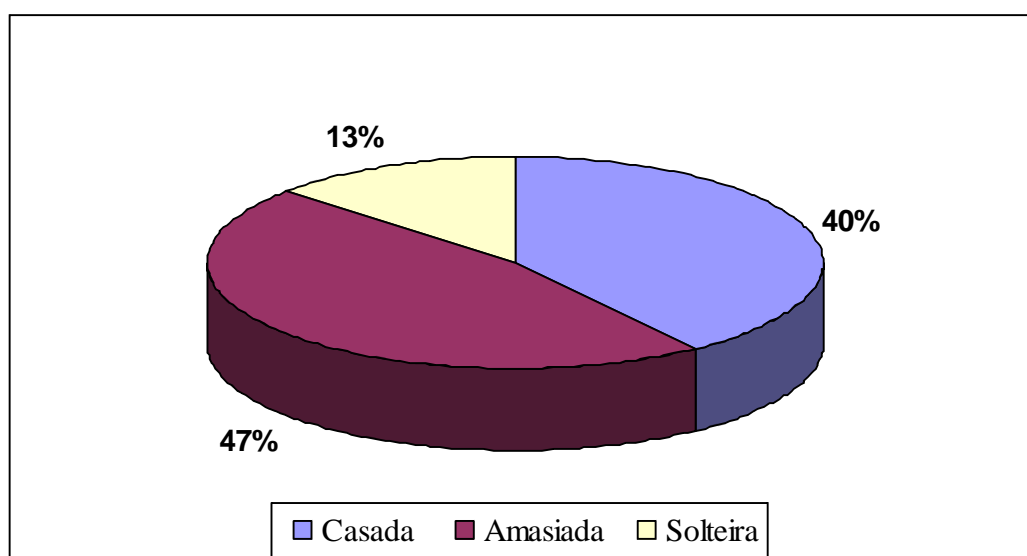


Gráfico 2: Estado civil

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, na instituição LFC no período de março de 2008

Os indicadores sociais do IBGE (2006) apresentam um aumento no número de casamentos do ano de 2004 para 2005. As mulheres de 20 a 24 anos são as que mais procuram oficializar o casamento, segundo esses dados. No entanto, essa não foi uma realidade presente nessa pesquisa, à medida que mais de 45% das entrevistadas são amasiadas, não optaram pela oficialidade do casamento e 13% são solteiras. Seria um indicativo de autonomia, talvez, na medida em que os mesmos dados afirmam que quanto mais nova for a mulher mais ela procura uma união estável e que, conforme os anos vão passando, a taxa de mulheres amasiadas aumenta. Ou seja, à medida que a mulher amadurece, acessa mais o mercado de trabalho. Estudos feministas afirmam também à medida que elas acessam os maiores graus de formação, elas “escolhem” sua condição civil e planejam mais a natalidade.

c) Chefes de família

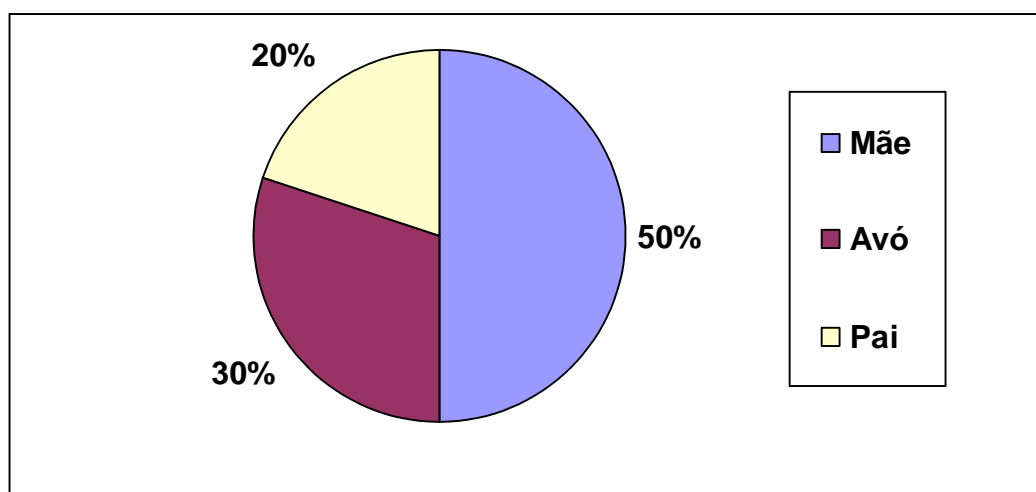


Gráfico 03: Chefes de Família

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, na instituição LFC no período de março de 2008.

No entanto, e não é novidade, a autonomia da mulher na sociedade capitalista é perversa visto que atualmente a maioria dos lares são chefiados por mulheres que acumulam dupla jornada, fato este que se comprova em nossa pesquisa antes mesmo de sua aplicação, na medida em que o membro da família que foi acessado para fazer esse perfil foi na sua integridade mulheres que, na grande maioria também são os chefes dessas famílias como se pode perceber no gráfico. Quando não são mães, são avós.

Segundo dados do IBGE (2006), a chefia feminina aumentou cerca de 35% nos últimos dez anos (de 1995 à 2005) e seu maior crescimento foi em Santa Catarina (64,1%). Ainda conforme dados do IBGE, esse fenômeno vem acontecendo basicamente nas camadas menos favorecidas, por estarem mais vulneráveis devido à falta de políticas públicas eficientes voltadas para esse segmento.

Até a isso os debates se adequaram, pois antes, famílias compostas por mãe e filhos eram chamadas de incompletas, hoje passaram a ser chamadas de “famílias chefiadas por mulheres”, apesar da definição que suscita reconhecimento da autonomia da mulher, esconde a perversidade da dupla jornada e da sobrecarga de educar e assistir os filhos sozinha. Acrescenta-se ainda, a constatação do grande número de avós presentes como chefes de famílias. Segundo o IBGE (2006), em dez anos, aumentou em 27% o número de idosas “chefes de família” em todo o Brasil. Por isso hoje, a sobrevivência dos grupos domésticos das mulheres “chefes de família” é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede

familiar que ultrapassa os limites da casa (SARTI, 2005).

d) renda familiar

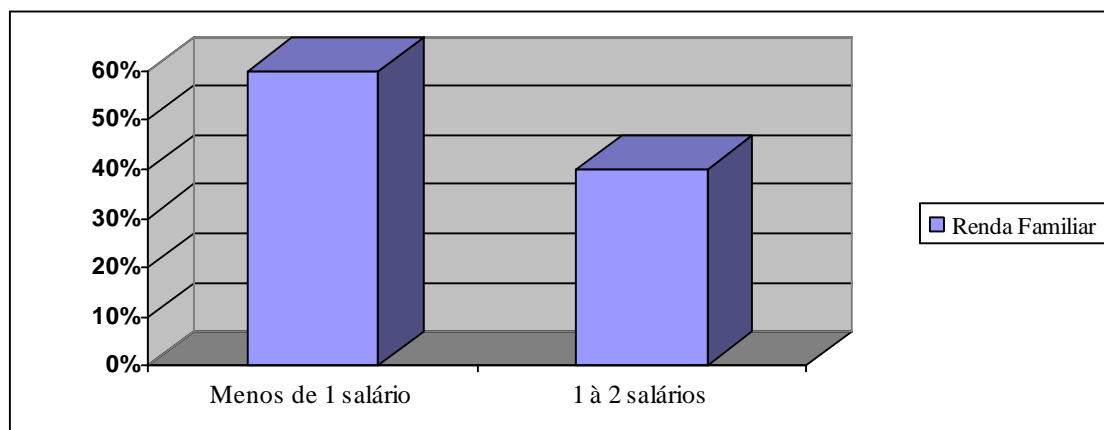


Gráfico 04: Renda familiar

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, na instituição LFC no período de março de 2008.

Ficou constatado que os grupos familiares atendidos pela instituição LFC ganham, em sua maioria, menos de um salário mínimo. Das quinze famílias entrevistadas apenas duas possuem renda fixa com carteira assinada e as demais buscam alternativas no trabalho informal. Na sua maioria é um público alvo da política de Assistência Social, pois a renda mensal é insuficiente à medida que não satisfaz as necessidades básicas da família.

A Constituição Brasileira define em seu Artigo 7º, Inciso IV, capítulo II (Dos Direitos Sociais), o salário mínimo como aquele “capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”. No entanto, isso ainda não é realidade.

Minuchin (1999, p. 35) reafirma essa questão dizendo que, “as famílias pobres são consideradas vítimas de épocas econômicas ruins e de políticas reacionárias, reagindo à desesperança da sua condição com um comportamento autodestrutivo e socialmente inaceitável”.

Essa situação de miserabilidade leva crianças e jovens a crescerem sem estrutura na família devido às conseqüências causadas pela falta de dinheiro, buscando alternativas que não favorecem uma vida digna, levando a uma condição que contraria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei nº. 8.069/90 (BRASIL, 1990), que dispõe em seu artigo 7º que “a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitem o nascimento e o desenvolvimento sadio e

harmonioso, em condições dignas de existência”.

Portanto nesse aspecto, o LFC entra como braço do Estado à medida que realiza ações que se caracterizam como política social básica de direito do cidadão. As famílias que buscam apoio no LFC, apresentam como necessidade primeira a carência econômica, porém não sendo a única.

e) habitação

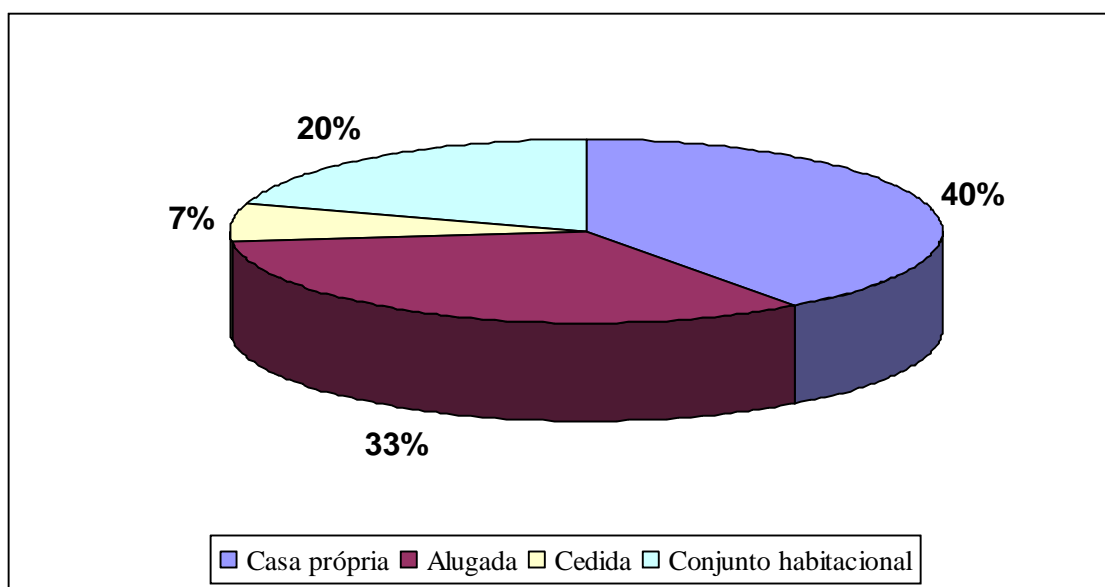


Gráfico 05: Habitação

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, na instituição LFC no período de março de 2008.

Os acelerados movimentos de urbanização, via migração campo-cidade, onde a população rural se vê obrigada a buscar na capital as condições de sobrevivência, contribui para a falta de infra-estrutura e a precarização das moradias nos centros urbanos, não garantindo as necessidades básicas do cidadão.

Complementando os dados da pesquisa e a experiência vivenciada no estágio, pode-se afirmar que os 40% que moram em residência própria, que consiste na maioria do público entrevistado, moram em casas extremamente precárias, em áreas insalubres, que não oferecem conforto e nem qualidade de vida. Essas moradias chamam atenção pelo fato de estarem em áreas de invasão, portanto sem saneamento básico, e por encontrarem-se sem revestimentos nos pisos e sem paredes para dividir os cômodos permanecendo, famílias inteiras, com espaços mínimos e sem qualquer privacidade entre seus membros.

Para Carvalho (2000), há no Brasil hoje um verdadeiro “apartheid” entre ricos e pobres, principalmente nas regiões metropolitanas, onde a maioria da população vive confinada em cortiços, favelas e casas precárias das periferias, excluídos não apenas do acesso

a bens e serviços, mas também do usufruto da própria cidade.

f) Auxílio concedido

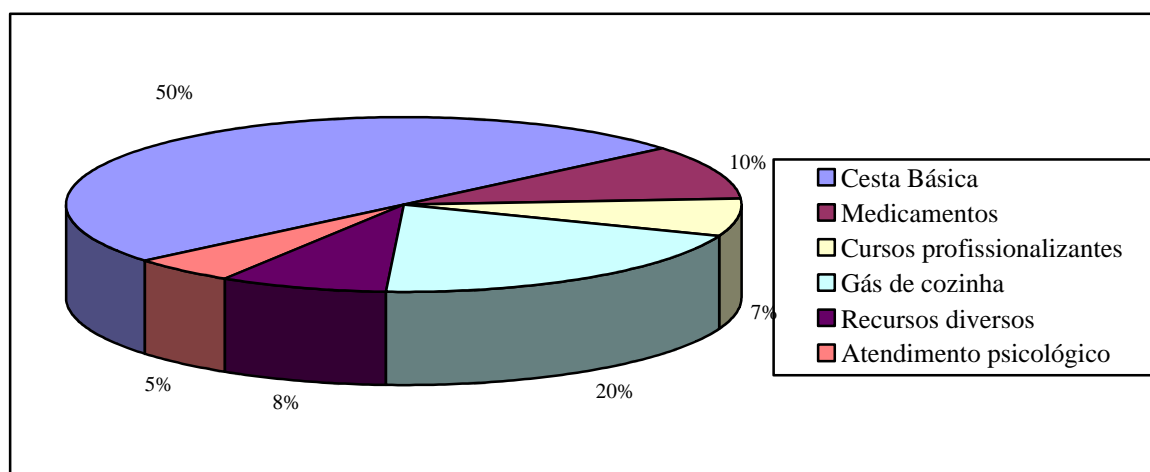


Gráfico 06: Auxílio concedido pelo LFC.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, na instituição LFC no período de março de 2008.

Frente à condição levantada até aqui, é notória a necessidade material dessas famílias. Neste sentido, visando assessorar a família, a instituição LFC concede apoio financeiro e material às famílias através de doação de benefícios.

A cesta básica, benefício mais requerido é entregue a cada quinze dias, logo após a reunião de grupos, juntamente com outra cesta, doada pelo Serviço Social do Comércio – SESC, através do projeto Mesa Brasil. Visando a participação, a presença das famílias nessas reuniões é condição para o acesso aos benefícios concedidos. Já o auxílio gás é entregue aos co-participantes a partir do critério da equidade, pois o LFC não possui verba para garantir o gás a todos os inscritos. Os medicamentos são repassados para situações emergenciais, no caso de dificuldade de acesso pela rede pública.

O atendimento psicológico é realizado quinzenalmente para todas as famílias atendidas, desde crianças até idosos. Essas famílias passam por uma triagem pela assistente social e a mesma encaminha para a psicóloga quando necessário.

Além dos recursos materiais, são selecionados recursos diversos para explicitar a existência de encaminhamentos a documentações, recursos financeiros para necessidades diversas como vale transporte, dentre outros. Esses recursos são necessários, pois as famílias acessam outros serviços da rede, como: postos de saúde, prefeituras, serviços municipais, ONGs.

Considerando que a atividade do poder público é supletiva, as ações do LFC adquirem

relevância mais acentuada pelo fato de complementar as necessidades básicas das famílias assistidas.

g) Escolaridade

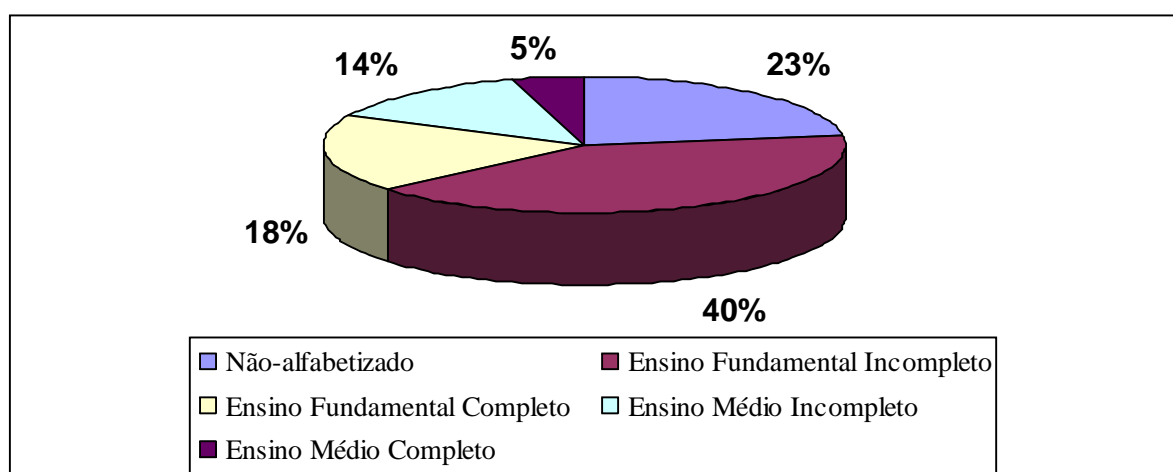


Gráfico 07: Escolaridade.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, na instituição LFC no período de março de 2008.

O não acesso à educação, mesmo fora da idade adequada, é considerado um fator de limitação para a sobrevivência e qualidade de vida dessas pessoas, vivendo assim um processo excludente, refletindo um dos aspectos da desigualdade do país.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA) define uma pessoa alfabetizada como “aquela que responde que sabe ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece”. Os dados do IBGE (2006) apontam que as taxas de analfabetismo vêm diminuindo. Mesmo assim, nossos indicadores apontam para um grande número de analfabetos declarados. Outros 40% que só começaram o ensino fundamental podem, por sua vez, camuflar um analfabetismo visto que, ao se declararem alfabetizados, podem ser considerados funcionais. São aqueles que assinam o nome apenas. Esses dados são alarmantes, mas se atenuam quando comparados com outras regiões do país.

Apesar desse contexto, a relevância que os pais dão a inclusão dos filhos na escola é um fator que pode medir o índice de orientação que os pais recebem informalmente, inclusive nos atendimentos do Serviço Social nas diversas esferas.

h) Número de filhos

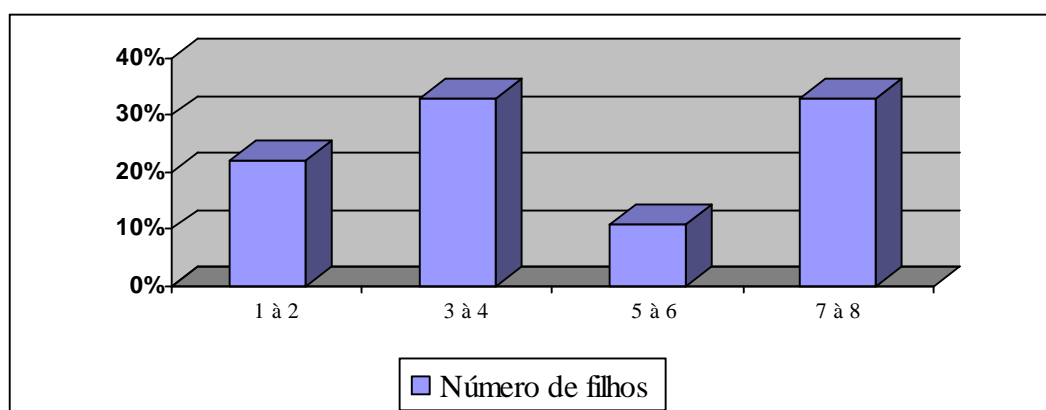


Gráfico 08: Número de filhos

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, na instituição LFC no período de março de 2008.

Como se pode observar no gráfico anterior (07), o grau de escolaridade das famílias confirma que o acesso à educação é um fator relevante no que diz respeito à quantidade de filhos. Isso significa que as famílias menos instruídas são as que tiveram mais filhos.

O LFC trabalha muito a questão do planejamento familiar, respeitando a escolha de cada família. Todavia entende-se que o excessivo número de filhos tende a ser um dificultador no atendimento a essas famílias, tendo em vista os limitados recursos disponíveis. Considerando que o crescimento da renda familiar se dá a médio/longo prazo e desde que criadas as condições necessárias (qualificação da mão de obra, acesso a níveis mais elevados de educação, entre outros), a realidade atual ainda perdurará por algum tempo, privando os cidadãos de melhor qualidade de vida.

i) Procura pelo atendimento no LFC

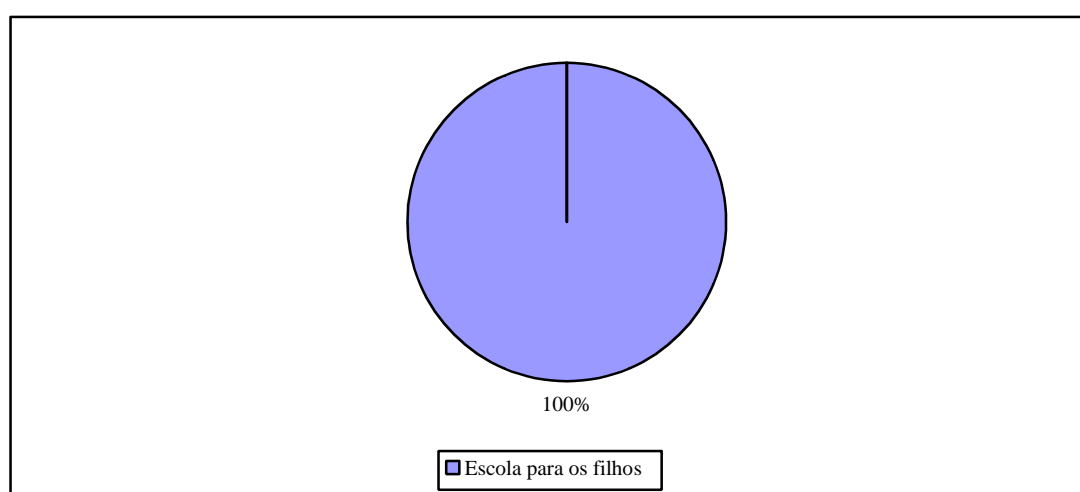


Gráfico 09: Procura pelo atendimento na instituição LFC

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, na instituição LFC no período de março de 2008.

Através da pesquisa realizada constatou-se que o motivo principal pelo qual as famílias procuraram o auxílio do LFC foi, em 100% o acolhimento e atendimentos de seus filhos em atividades educativas, fato que corrobora as análises já realizadas, quando afirma que o acesso dos pais a debates habilita-os para buscar a inclusão dos filhos na educação. É o que sinaliza uma das entrevistas:

Acho que é muito importante que eles possam saber ler e escrever, pra não ter uma vida miserável que nem a minha. Nunca estudei e agora estou trabalhando de empregada doméstica e ganhando muito pouco. Não quero isso pros meus filhos. (Sra.D).

E em outras atividades para não deixá-los à mercê do envolvimento com drogas, violência e muito menos trabalhando, o imperativo legal do não trabalho para crianças e adolescentes é reconhecido, e é o que retrata o depoimento abaixo.

Já vi mães que deixam seus filhos largado nas ruas, fazendo bicos e fumando maconha e eu não quero isso pros meus não. Não quero que eles fiquem nas ruas porque sei que isso dá em morte por causa do tráfico. A assistente social do LFC sempre alerta a gente dizendo que os filhos não podem trabalhar e que precisam estar na escola, que lugar da criança e do adolescente é na escola e eu concordo com ela. (Sra S).

Não se pode esquecer que essa preocupação esta dividida com a obrigatoriedade dos pais, em especial as mães para acessar o mercado de trabalho, conforme relato de uma das mães:

Eu bem que procurei uma creche pro meu filho aqui no bairro, mas não tem vaga em nenhum lugar e precisava deixar ele na creche porque a vida ta muito difícil e eu preciso trabalhar (Sra A.).

De acordo com o LFC (2007), o efetivo atendido no programa sócio-educativo da UPI Arnaldo São Thiago, foi:

Turmas	Idade	Quantidade	Sub-Total
Educação Infantil	02 à 06	163	163
DCCE	07 à 13	100	100
Oficinas/Cursos	à partir de 14	105	105
Total	-	368	368

Fonte: Histórico UPI de Arnaldo São Thiago (LAR FABIANO DE CRISTO, 2007).

Cabe ressaltar, como já visto na seção anterior, que a prioridade do LFC é o atendimento as famílias não contempladas nas políticas públicas. A instituição não é vista como uma creche, e sim o lugar onde essas famílias são cadastradas de acordo com seus critérios de elegibilidade e a partir disto integrando as crianças, adolescentes e adultos em suas atividades sócio-educativas.

j) Satisfação quanto ao trabalho da assistente social no LFC

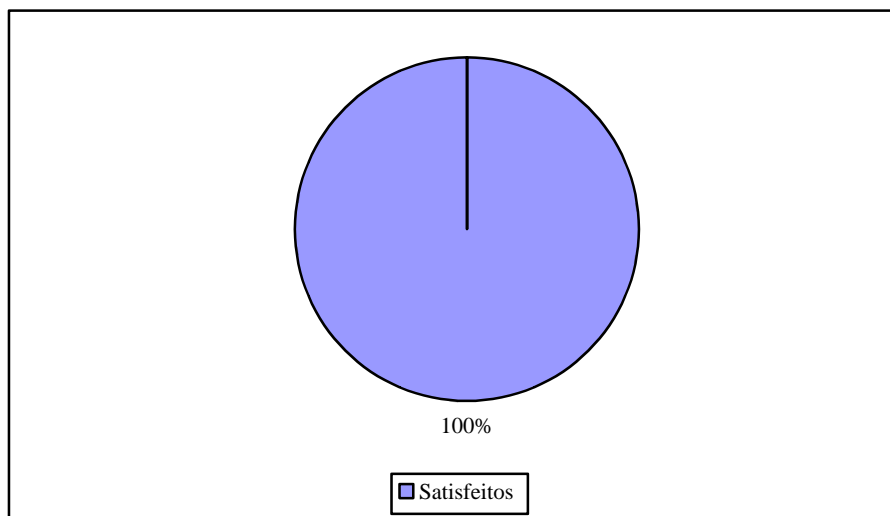


Gráfico 10: Satisfação das famílias quanto ao trabalho da assistente social no LFC.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora, na instituição LFC no período de março de 2008

A necessidade de abordar esse item surgiu da prática do estágio curricular obrigatório do curso de graduação de Serviço Social da UFSC, que foi realizado pela acadêmica e por mais duas estudantes no período de abril a novembro de 2007.

O objetivo é saber se as famílias atendidas no LFC se sentem contempladas com o trabalho da assistente social. A partir desta resposta, constatou-se também que a maioria dessas famílias não compreende qual é o trabalho do Serviço Social na instituição, pois o confunde com o da educadora social.

Para subsidiar esta análise serão expostas algumas informações sobre o trabalho destas duas profissionais na instituição.

O Serviço Social só passou a existir na UPI – Arnaldo São Thiago no ano de 2003. Antes deste ano, os profissionais que trabalhavam na área social da instituição eram os profissionais intitulados educadores (as) sociais. Segundo informações coletadas pela supervisora administrativa no ano de 2007, os educadores sociais que lá trabalhavam recebiam orientações de assistentes sociais da sede na instituição, localizada no Rio de Janeiro.

A primeira assistente social da UPI foi Cristiane Fabrício, em seguida Taís Coelho da Silva, e a partir de abril do ano de 2006, foi contratada Ana Paula Meira de Araújo. Desde este ano, a assistente social vem desenvolvendo atividades no setor social – assim chamado pela UPI, juntamente com uma educadora social. A atual educadora social está nesta função

desde 2006, possui formação em magistério sendo que anteriormente trabalhava na própria UPI, na função de auxiliar de sala do setor educacional.

A educadora social realiza diversos trabalhos administrativos e burocráticos, como também compartilha com a assistente social as seguintes atividades: entrevistas com as famílias da instituição, coordenação grupos sociais, visitas domiciliares e relatórios referentes a essas visitas, repasse de informações e benefícios aos usuários, disponibilização de auxílios como cesta básica, remédios, gás quando assim necessitar, entre outros. De forma geral, a educadora realiza as atividades independente da assistente social, só recorrendo a mesma quando necessita de esclarecimento sobre determinado assunto ou quando precisa de alguns encaminhamentos que só a assistente social pode concretizar. Cabe ressaltar que as atividades realizadas quase se confundem, fazendo com que os usuários também não entendam e não diferenciem o trabalho das profissionais.

Essa confusão acontece por haver uma superposição das funções exercidas pela educadora social e pela assistente social, aliado ao desconhecimento que o público alvo tem acerca das atividades a serem desenvolvidas por cada segmento profissional. Como forma de desfazer tal visão errônea, foram propostas ações que objetivam esclarecer as famílias assistidas, com clareza, sobre as funções que devem ser desenvolvidas por cada um dos profissionais, ou seja, quais são as atribuições da assistente social e quais as atribuições da educadora social.

Tais esclarecimentos devem ser prestados em palestras, no contato pessoal, em cartazes e banners, indicando de forma educativa as atribuições e diferenças de cada trabalho. Quanto à mensuração da satisfação das famílias somente poderá ser feita após a adoção das medidas aqui sugeridas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio curricular obrigatório, realizado no período de abril a novembro de 2007, foi uma experiência importante para o aprendizado e para a prática profissional a partir do embasamento teórico estudado na universidade.

Com relação ao perfil caracterizado pode-se perceber que a família está cada vez mais vulnerável e desprotegida de políticas públicas concretas para o seu desenvolvimento. O Estado não assume efetivamente suas responsabilidades e não consegue atender todas as demandas que se apresentam, contradizendo o artigo 226 - § 8º da constituição federal onde diz que “o Estado assegurará assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”. Assim, surgem as parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil como forma de preencher as lacunas deixadas pelo Estado.

Diante da realidade observada e tendo em vista os direitos fundamentais do cidadão, observou-se:

A maioria da população carece de moradia que ofereça o mínimo de conforto segurança e higiene; Compete ao LFC identificar as reais necessidades fazendo a triagem e o encaminhamento das famílias aos órgãos públicos competentes.

Apesar dos esforços do poder público e dos avanços já alcançados, o acesso à educação é ainda carente em face da baixa disponibilidade de vagas. Assim, a atuação do LFC assume maior relevância porque vem suprir, ainda que parcialmente, tal deficiência.

A procedência revela a continuidade do êxodo rural, visto que parte considerável das famílias provém do campo. Tal movimento migratório deve-se ao fato de que essas famílias vislumbram nos centros urbanos a possibilidade da melhoria de vida, o que na maioria das vezes não se concretiza, empurrando essas famílias para a ocupação desordenada do solo urbano, invadindo áreas de risco para construção de seus "barracos", que não oferecem nenhuma condição de conforto, segurança e higiene. É dever do poder público incentivar a permanência do cidadão no campo, respeitando a sua vocação e, para aqueles já instalados nos centros urbanos, devem ser criadas as condições mínimas para uma vida digna. Pode o LFC participar desse empreendimento, elevando o sentimento de cidadania e criando situações para que o cidadão exercite os seus direitos constitucionalmente garantidos.

Quanto ao estado civil observa-se a forte ocorrência da união estável, ou seja, a não formalização do casamento. Apesar do preceito constitucional, o casal que vive em união

estável tem os direitos garantidos tanto quanto o casado logo, o que importa, é a convivência harmoniosa, deixando a cargo dos envolvidos a opção pela formalização da união.

Observa-se a predominância do matriarcado, ou seja, o comando da família é exercido pela mulher. Em face dessa realidade há a conveniência de conscientizar a mulher do papel assumido do comando do lar, seja através de palestras ou no contato pessoal, conferindo-lhe condições para melhor desenvolver essa tarefa.

Observou-se que a renda familiar em sua maioria é de até um salário mínimo, quantia insuficiente para suprir as necessidades básicas do ser humano, quais sejam: habitação, saúde, educação, segurança, entre outros. O LFC deve dar continuidade aos cursos profissionalizantes com vista à obtenção de mão de obra especializada.

O LFC supre parcialmente as necessidades básicas dessas famílias concedendo cesta básica, medicamentos, auxílio gás, mas deve identificar as famílias mais necessitadas encaminhando-as aos órgãos públicos para obtenção de auxílios governamentais complementares.

O trabalho revelou que as crianças assistidas pelo LFC recebem assistência educacional adequada. Já os demais membros das famílias (adultos ou idosos analfabetos) recebem assistência educacional, objetivando a inclusão social. Ainda sim, o LFC deve desenvolver trabalhos que demonstrem a importância do ensino visando à ascensão profissional das pessoas. Tais tarefas podem ser desenvolvidas através de palestras, exibição de reportagens, entre outros.

Observou-se que parte considerável das famílias é composta por mais de quatro filhos, o que revela o desconhecimento do planejamento familiar. Faz-se necessário a continuidade do trabalho desenvolvido pelo LFC sobre o planejamento familiar.

Para erradicar as deficiências detectadas, é necessária a conscientização de cidadania, que se traduz na disponibilização de moradia digna, acesso à saúde e educação, segurança, alimentação adequada, transporte e lazer. O atingimento de tal objetivo se dará através da conscientização política e social dos indivíduos, da mais forte atuação do setor público no direcionamento de verbas, na efetiva educação em todos os níveis e da participação da sociedade civil organizada. Com relação à participação da sociedade civil se faz necessário elencar os incentivos concedidos pelo Estado (União, Estados e Municípios) e identificar empresas que tenham perfil para participar da empreitada. Os benefícios advindos dessas parcerias têm mão dupla: beneficiam as entidades assistenciais pelos recursos arrecadados, propiciando-lhes melhores condições de atendimento aos usuários e às empresas, que terão projeção e serão reconhecidas como "empresas socialmente integradas à comunidade".

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Visita domiciliar: guia para uma abordagem complexa**. Porto Alegre: AGE, 2003.

ARIÉS, Philippe. **A história social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei 8.069 de 13 de Julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, publicado em 16 julho de 1990.

_____. **Lei 8.662 de 7 de Junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União em 08 de junho de 1993

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da Política Social. IN: KALOUSTIAN, S. M. (org). **Família brasileira a base de tudo**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, UNICEF, 2000, p.93-108.

CANEVACCI, Massimo (Org). **Dialética da família**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

DICIONÁRIO AURÉLIO. Século XXI. CD ROM, 2000.

DONZELOT, J. **A Política das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1986.

FLORIANÓPOLIS. Prefeitura Municipal de. **Historia de Florianópolis**. Disponível em:<<http://www.pmf.gov.br>>. Acesso em: 10 de março de 2008.

_____. Prefeitura Municipal de. **Política Municipal de Assistência Social**, Florianópolis: PMAS, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **População Estimada para Santa Catarina em 2007**. 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/defaultab.shtm>>. Acesso em: 20 de março de 2008.

_____. **Indicadores Sociais 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site.php#indicadores>. Acesso em: 26 de março de 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. **Indicadores sociais 2006**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/default.shtm>>. Acesso em: 03 de Abril de 2008.

LAR FABIANO DE CRISTO. **Estatuto da instituição**. Florianópolis, 1985.

_____. **Relatório anual**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Relatório anual**. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Institucional**. 2007. Disponível em:<www.lfc.org.br>. Acesso em: 17 de maio de 2008.

_____. **Programas e projetos**. 2007. Disponível em:<www.lfc.org.br>. Acesso em: 11 de maio de 2008.

MIOTO, R. C. T. Família e serviço social: contribuições para o debate. **Serviço Social & sociedade**, São Paulo, p. 114-130, 1997.

MINUCHIN, Patrícia; COLAPINTO, Jorge; MINUCHIN Salvador. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre, Artmed Editora, 1999.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTTA, Izaiane Latrônico. **Grupo**: Instrumento que viabiliza as ações sócio-educativas do Serviço Social, em um Programa de Apoio e orientação Sócio-Familiar/São José – SC. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em serviço social) – Curso de Graduação em serviço social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (org). **Família brasileira a base de tudo**. Brasília: Cortez. UNICEF, 2000. p. 26-46.

PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia. **Terceiro setor**: dilemas e polêmicas. São Paulo: Saraiva, 2006.

POSTER, Mark. **Teoria crítica da família**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Abril Cultural,/Brasiliense, 1985.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SARTY, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A.R.; VITALE, M. A. F. (orgs). **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, Puc/SP, 2005. p. 21-36.

SZYMANSKY, Heloíza. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios em um mundo de mudança. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 71, p. 9-25, 2002.

ANEXOS

ANEXO A – ESTATUTO DO LAR FABIANO DE CRISTO

ANEXO B – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS 152 INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

ANEXO C – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS 57 UNIDADES DE PROMOÇÃO
INTEGRAL (UPIS) PRÓPRIAS

ANEXO D – PLANO DE QUALIDADE DE VIDA